

Guia de
Boas Práticas da
Educação Básica

© LÍDERE, 2025
© Gaia Social, 2025
© Engie Brasil, 2025

MATERIAL ELABORADO POR LÍDERE, gestão inovadora em educação

IDEALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO: Vastí Ferrari Marques
REDAÇÃO: Sílvia Magalhães, Tânia Regina Roveri do Amaral Gurgel e Vastí Ferrari Marques
FOMENTADO POR: Engie do Brasil
REVISÃO E APROVAÇÃO: Nalu Gusmão e Yuri Ongaro (Gaia Social) e Alícia Santos (ENGIE Brasil)

PRODUÇÃO EDITORIAL POR Texto & Textura

PREPARAÇÃO E REVISÃO: Luana Reis
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Luca Ferrari e Luiz Carlos Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G943

Guia de boas práticas da educação básica [recurso eletrônico] / idealização e coordenação: Vastí Ferrari Marques; redação Sílvia Magalhães, Tânia Regina Roveri do Amaral Gurgel. 1. ed. [S.l.] : LÍDERE : ENGIE : Gaia Social, 2025.

49 p. : il. ; Recurso eletrônico

Inclui bibliografia.
Fomentado por: Engie do Brasil.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-01-82794-0 (PDF)

ISBN: 978-65-01-82794-0

PDF

9 786501 827940

1. Educação básica - Brasil. 2. Gestão escolar. 3. Práticas pedagógicas. 4. Inclusão escolar. 5. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). I. Marques, Vastí Ferrari, coord. II. Magalhães, Sílvia. III. Gurgel, Tânia Regina Roveri do Amaral. IV. ENGIE Brasil. V. Gaia Social. VI. LÍDERE.

CDD 370.981
CDU 37(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Educação básica - 2. Educação básica : Brasil
Bibliotecária responsável: Patrícia Alcântara de Sá - CRB-8/10202

1ª edição 2025

Texto conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia e por escrito da Engie, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação digital ou quaisquer outros.

engie.com.br
gaisocial.org.br
lideregestaoinovadora.com.br



Prefácio

A educação é, antes de tudo, um ato de perseverança e compromisso com o futuro. Em um país marcado por desigualdades históricas, ela se revela como o caminho mais potente para a transformação social, a construção de oportunidades e o fortalecimento da cidadania.

Este Guia de Boas Práticas para a Educação Básica nasce do compromisso da ENGIE Brasil com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente. Neste documento, reunimos reflexões, evidências e experiências bem-sucedidas que podem apoiar educadores, gestores públicos, empresas e famílias na missão de garantir uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens.

Mais do que transmitir conteúdos, educar é revelar potencialidades, ampliar horizontes e construir dignidade. É nesse espírito que este guia foi concebido: como um instrumento que convida à ação, ao diálogo e à escuta ativa. Ele propõe caminhos concretos para o fortalecimento da gestão escolar, a melhoria dos resultados de aprendizagem, a valorização da diversidade e a promoção do bem-estar nas escolas.

Que este guia inspire práticas transformadoras e fortaleça todos aqueles que trabalham, todos os dias, para que o Brasil seja um país onde aprender seja sinônimo de crescer – e crescer seja sinônimo de inclusão, cidadania e esperança.

Thais Soares
Diretora de Sustentabilidade
ENGIE Brasil

Sumário

5	Apresentação	22	Sala de recursos multifuncionais: Apoio e complementação	36	A importância do Respeito à Individualidade, Protagonismo Juvenil e Escuta Ativa para a aprendizagem
6	Panorama dos resultados do IDEB 2023	23	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	36	Plano de Ensino
6	Evolução na rede pública (2019 - 2023)	23	Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	37	Modalidades organizativas
7	Principais reflexões frente aos dados	24	Ações inclusivas na prática escolar: Caminhos possíveis	39	Organização do tempo didático
8	Bases Conceituais: Para entender os pressupostos teóricos	25	Saúde Mental e Bem-Estar	39	A importância da leitura no processo educativo
8	A BNCC e sua importância para a Educação Básica	27	Ambiência: Como transformar espaços em ambientes de aprendizagem	40	Boas práticas pedagógicas na Educação Básica
9	Concepção de criança e infâncias	28	Indicações de implementações de ambientes de aprendizagem para enriquecer o cotidiano pedagógico	41	Bons exemplos de práticas pedagógicas: O uso consciente de modelos de atividades no planejamento docente
10	Concepção de educação integral	28	Desemparedamento: repensando os espaços educativos	43	Implantação e implementação do Guia: Para garantir a qualidade da Educação Básica
11	Aprendizagem desde as crianças muito pequenas	30	Família, comunidade e escola: Uma parceria essencial para a educação integral	43	Médio Prazo
12	Alfabetização na idade certa	32	Plano Pedagógico: Para construir as diretrizes da escola	44	Longo Prazo
12	Humanização da educação	32	Plano Municipal de Educação (PME)	45	Considerações Finais
14	Gestão Escolar: Para encontrar direção	33	Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação	46	Bibliografia
14	Gestão Democrática	33	Projeto Político-Pedagógico (PPP)		
15	O investimento financeiro na escola e os programas federais	35	A importância de estabelecer metas para alcançar o IDEB projetado		
18	A formação continuada				
20	Reuniões Produtivas				
21	Educação Inclusiva na Educação Básica: Princípios, práticas e políticas				
21	Concepção atual de educação inclusiva				
22	Direitos, leis e diretrizes da inclusão escolar				

Apresentação

A pandemia da Covid-19 impactou profundamente a Educação Básica brasileira. O fechamento prolongado das escolas, somado às dificuldades de acesso ao ensino remoto e à necessidade de adaptação rápida a novas metodologias por parte dos educadores agravaram desigualdades já existentes. Como ressalta Marta Kohl de Oliveira (2021), a crise sanitária evidenciou e aprofundou desigualdades estruturais, exigindo mudanças rápidas e profundas para assegurar o direito à educação em contextos adversos.

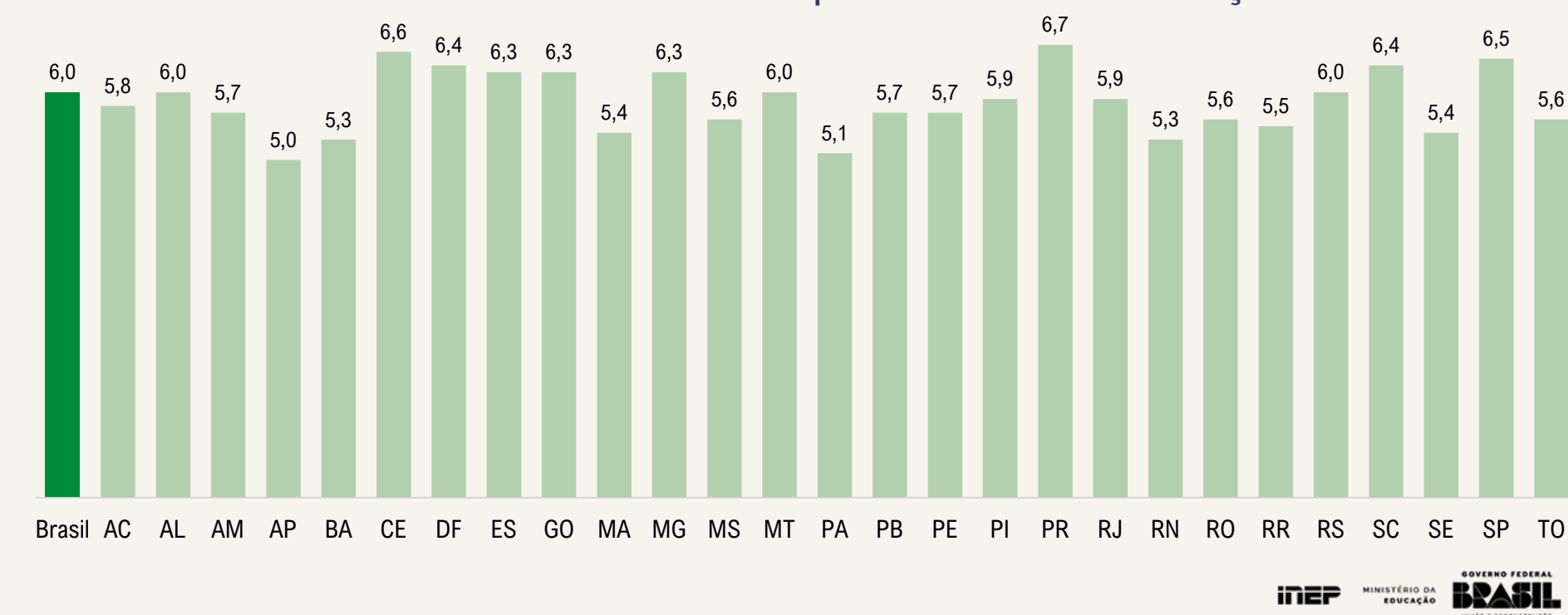
Dados recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um monitor da qualidade de ensino no Brasil, confirmam este cenário, apontando estagnação ou queda nos resultados em muitos es-

tados. Conforme o levantamento, problemas como evasão escolar, defasagem idade-série e lacunas de aprendizagem tornaram-se ainda mais evidentes.

O IDEB combina o desempenho dos estudantes em avaliações externas, tal qual o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com informações sobre fluxo escolar, ou seja, aprovação, reprovação e abandono. Essa combinação permite orientar políticas públicas, estabelecer metas pedagógicas e apoiar a gestão escolar, sempre com foco em equidade e aprendizagem. Este índice é, portanto, um instrumento essencial para medir e promover a qualidade educacional, já que avalia simultaneamente o fluxo escolar e as médias de desempenho acadêmico.

Anos iniciais do ensino fundamental

Anos iniciais do ensino fundamental – Ideb por unidade da federação – Total - 2023



Fonte: Inep 2023.

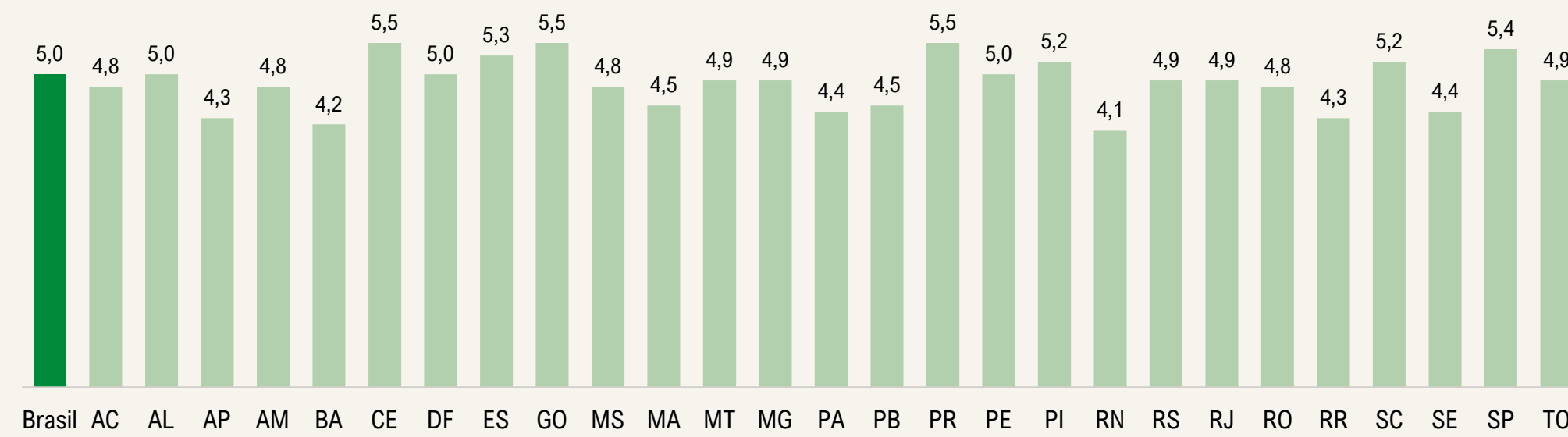
Levantamento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com dados de todas as unidades federativas.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados 2023: IDEB.

Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em: Set 2025. Anos finais do ensino fundamental

Anos finais do ensino fundamental

Anos finais do ensino fundamental – Ideb por unidade da federação – Total – 2023



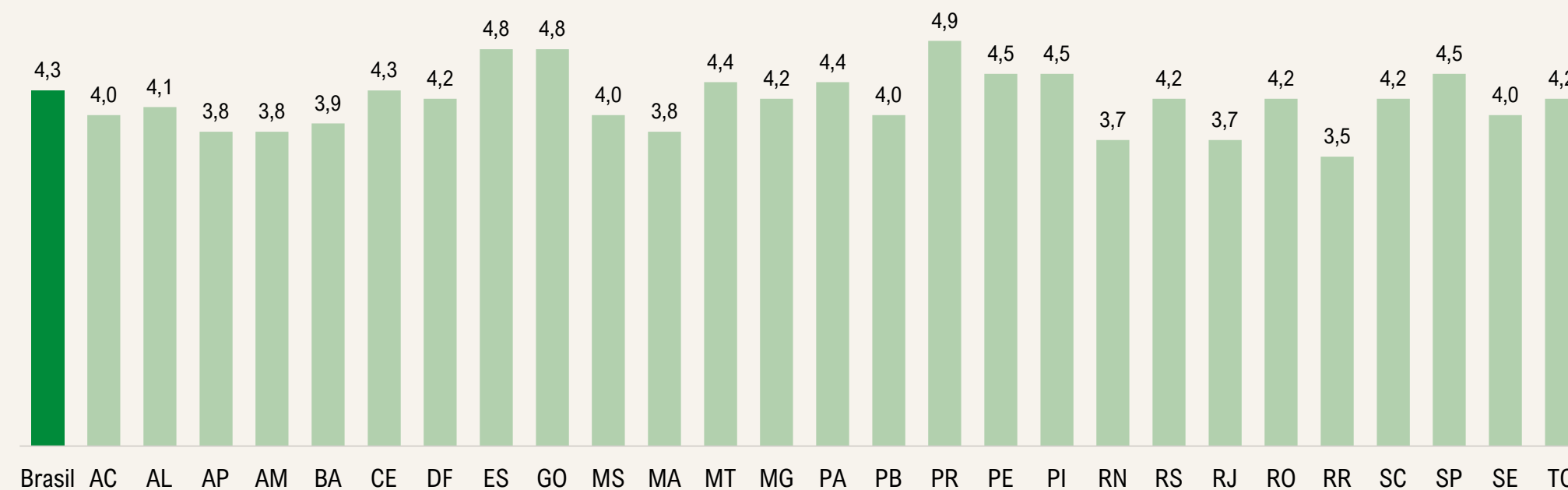
Fonte: Inep 2023



Levantamento dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com dados de todas as unidades federativas.
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados 2023: IDEB.
Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em: Set 2025.

Ensino médio

Ensino médio* - Ideb por unidade da federação - Total - 2023



Fonte: Inep 2023.

Nota: 1. Ensino médio tradicional em classes comuns.



Nota: *. Ensino médio tradicional em classes comuns.
Levantamento do Ensino Médio, com dados de todas as unidades federativas.
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados 2023: IDEB.
Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em: Set 2025

Panorama dos resultados do IDEB 2023

- **Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** O Brasil atingiu 6,0, cumprindo a meta nacional estabelecida.
- **Anos Finais do Ensino Fundamental:** O país atingiu a nota 5,0, abaixo da meta de 5,5.
- **Ensino Médio:** O Brasil atingiu a nota 4,3, também inferior à meta de 5,2.

O Ensino Fundamental divide-se em duas etapas, nomeadas de Anos Iniciais e Finais. Os Anos Iniciais vão do 1º ao 5º ano, e os estudantes têm entre 6 e 10 anos, enquanto os Anos Finais vão do 6º ao 9º ano, e os estudantes têm entre 11 e 14 anos.

Evolução na rede pública (2019 - 2023)

- **Anos Iniciais:** O IDEB se manteve em 5,7 – mesmo índice de 2019. Houve melhora no fluxo (de 0,94 para 0,97), mas queda no desempenho no SAEB (de 6,02 para 5,91).
- **Anos Finais:** Subida discreta de 4,6 para 4,7, impulsionada pelo fluxo (de 0,89 para 0,93), mas com queda no desempenho (de 5,21 para 5,10).
- **Ensino Médio:** Houve um avanço de 3,9 para 4,1, com fluxo melhorado (de 0,86 para 0,91) e queda no desempenho (de 4,54 para 4,45).

O Ensino Fundamental divide-se em duas etapas, nomeadas de Anos Iniciais e Finais. Os Anos Iniciais vão do 1º ao 5º ano, e os estudantes têm entre 6 e 10 anos, enquanto os Anos Finais vão do 6º ao 9º ano, e os estudantes têm entre 11 e 14 anos.

Principais reflexões frente aos dados

- **Melhora no fluxo, mas retrocesso na aprendizagem:** O aumento das taxas de aprovação impulsionou o fluxo escolar, porém o desempenho nas avaliações caiu em todas as etapas.
- **Metas atingidas apenas nos Anos Iniciais:** O cumprimento da meta nesta etapa é positivo, porém a estagnação ou queda nas demais indica desafios persistentes, especialmente nos Anos Finais e no Ensino Médio.
- **Desigualdades regionais:** Alguns estados apresentaram avanços relevantes, como Alagoas, Maranhão e Ceará (no caso, nos Anos Iniciais), Amapá, Alagoas

e Pará (nos Anos Finais) e Pará, Amapá, Amazonas e Piauí (no Ensino Médio). Outros, como São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro registraram retrocessos significativos.

A análise dos resultados do IDEB reforça que os desafios para melhorar a qualidade da educação permanecem significativos. Em muitas regiões, os indicadores de língua portuguesa e matemática estão abaixo do esperado, somando-se a altas taxas de reprovação e evasão. Esses fatores comprometem o direito de todos a uma educação de qualidade.

Diante deste quadro, torna-se urgente implementar ações planejadas, consistentes e baseadas em evidências, capazes de enfrentar os obstáculos que limitam o avanço educacional. É neste contexto que surge o **Guia de Boas Práticas para**

a Educação Básica – um instrumento de apoio para escolas e redes de ensino, com estratégias comprovadas, que visa melhorar os resultados de aprendizagem.

Este documento propõe referenciais claros, acessíveis e replicáveis, apoiados em experiências bem-sucedidas e dados concretos. Com isso, cumpre o propósito de auxiliar gestores, educadores e demais profissionais da educação na tomada de decisões assertivas. Seus eixos centrais incluem:

- O fortalecimento das práticas pedagógicas das escolas.
- A formação continuada de educadores, alinhada às necessidades reais dos estudantes.
- A produção e utilização inteligente de dados e avaliações diagnósticas.

- A gestão escolar democrática, baseada em metas.
- O engajamento da comunidade escolar como parte ativa do processo educativo.
- A redução das desigualdades de aprendizagem.

Por unir aprendizado e fluxo escolar, o IDEB funciona como um termômetro da qualidade educacional. A superação dos baixos índices depende de ações integradas e intencionais – e a aplicação sistemática do **Guia de Boas Práticas da Educação Básica** representa um passo fundamental para elevar o desempenho dos estudantes, diminuir desigualdades e garantir um ensino público de maior qualidade em todo o país.

Bases Conceituais: Para entender os pressupostos teóricos

A BNCC e sua importância para a Educação Básica

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em 2017, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em 2018, para o Ensino Médio. Ela representa uma virada paradigmática no currículo educacional brasileiro, alinhando-se às demandas de uma sociedade plural, dinâmica e marcada

por profundas desigualdades sociais. Ao definir direitos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais para todos os estudantes da Educação Básica, a BNCC busca assegurar equidade e qualidade na educação, constituindo-se como um instrumento orientador para redes de ensino e escolas em todo o território nacional. Ao estabelecer os conhecimentos, as competências e as habilidades que se espera que todas as crianças e jovens desenvolvam ao longo da escolaridade, o documento garante a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Além de definir competências gerais que perpassam todas as áreas do conhecimento, a BNCC propõe um modelo educacional centrado no desenvolvimento pleno do estudante. Com isso, rompe com perspectivas fragmentadas e conteudistas que, historicamente, marcaram a educação brasileira.

A seguir, este guia oferece a análise de algumas concepções pedagógicas que fundamentam a BNCC, articuladas com implicações pedagógicas, visando auxiliar profissionais da educação na implementação de práticas críticas, reflexivas e inovadoras.

Concepção de criança e infâncias

A compreensão da criança como sujeito com direitos e agente ativo de sua aprendizagem é um avanço fundamental nas políticas públicas educacionais brasileiras, refletido de maneira consistente na BNCC. Esse entendimento dialoga com a *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (1959) e com o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990), mais conhecido como ECA, além de encontrar eco em abordagens pedagógicas como as de Loris Malaguzzi¹.

Segundo a BNCC, a criança é um ser completo em sua singularidade, e não um “vir-a-ser” que apenas se prepara para a vida adulta. Essa visão rompe com modelos tradicionais que a enxergavam como um sujeito passivo, carente de conhecimentos, e se alinha às concepções de autores como Jean Piaget (2012), para quem a criança constrói ativamente seu conhe-

¹ - Loris Malaguzzi (1920-1994) foi um pedagogo italiano, conhecido por ser o fundador da abordagem Reggio Emilia na Educação Infantil. Ele defendia que a criança é um ser potente, com múltiplas linguagens e capaz de construir seu próprio conhecimento. Sua abordagem valoriza a escuta atenta, a observação, a documentação do processo de aprendizagem e a criação de ambientes ricos em estímulos para a expressão e investigação.

cimento por meio da interação com o meio físico e social, e Lev Vygotsky (2007), que destaca a importância das interações sociais e da mediação cultural no desenvolvimento infantil. Vygotsky afirma que é por meio da interação com os outros e com os instrumentos culturais que a criança se desenvolve, reforçando a ideia de que ela aprende com o outro e a partir do outro, dentro de um contexto social.

Nesta mesma linha, a BNCC concebe as infâncias como uma etapa única e significativa da vida, dotada de valor próprio. As infâncias não são vistas apenas como preparação para o futuro, mas como um tempo presente que deve ser vivido com plenitude. Tal perspectiva exige da escola uma resignificação de seu papel, que deve ir além da instrução formal e assumir-se como espaço de formação cidadã, convivência intergeracional, investigação e criação. Ao garantir às crianças o contato com os contextos naturais, o documento concebe as infâncias como uma etapa única e significativa da vida, dotada de valor próprio, e reafirma sua condição de sujeitos de direitos e agentes construtores da cultura. Com isso, fortalece uma proposta educativa pautada na humanização e na emancipação.

Por isso, torna-se imprescindível desenvolver uma pedagogia que acompanhe as infâncias em suas múltiplas fases e expressões, não apenas na Educação Infantil, mas também no Ensino Fundamental. O desafio consiste em elaborar práticas que considerem os modos singulares de aprendizagem e as necessidades dos estudantes, promovendo uma escola que seja, simultaneamente, lugar de escuta, de brincadeira, de elaboração de hipóteses e de problematização do mundo. Assim concebida, a escola configura-se como um espaço de formação integral, onde o conhecimento e a cidadania são vivenciados de forma indissociável.

Implicações pedagógicas: O que todos devem saber

A escola deve ser planejada como um espaço que valoriza a infância em sua integralidade, não apenas como preparação para o futuro. Isso implica oferecer experiências significativas, que respeitem os tempos, os interesses e as formas de expressão e aprendizagem das crianças.

- O educador assume a função de observador atento, pesquisador do cotidiano e mediador de saberes. Deve

propor práticas que dialoguem com as experiências infantis, promovam a curiosidade e respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem, construindo conhecimento de forma compartilhada.

- As crianças devem ser reconhecidas como sujeitos ativos, com capacidade de interpretar, intervir e transformar o mundo. Sua participação nas decisões pedagógicas fortalece a autonomia, o pensamento crítico e a construção da cidadania.
- O envolvimento das famílias como parceiras ativas no processo educativo é essencial, assim como proporcionar espaços de diálogo e escuta que promovam o reconhecimento mútuo dos saberes familiares e escolares, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade.

A escola deve se associar a contextos culturais, sociais e naturais da comunidade, ampliando os espaços de aprendizagem para além dos muros escolares. Essa integração fortalece a identidade local e promove uma educação mais contextualizada e significativa.

Concepção de educação integral

A noção de educação integral, presente na BNCC, remete à formação plena do ser humano em suas múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, ética, estética, física e social. Inspirada por concepções humanistas de ensino, como a de Paulo Freire (1987), ela busca romper com a visão reducionista que entende a escola apenas como espaço de transmissão de conteúdos.

Nesse contexto, educação integral para a BNCC,

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos

de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2017)

A educação integral, quando compreendida em sua essência, não é equivocadamente definida pela extensão do tempo escolar, mas pela ampliação das possibilidades de aprendizado e desenvolvimento humano. É preciso superar o entendimento de escola como único espaço de educação, a fim de promover a articulação entre tempos, ambientes e agentes educativos que valorizem as diferentes dimensões do ser humano e fortaleçam as conexões com a comunidade e o território. Somente assim será possível garantir que cada criança tenha a oportunidade de crescer como indiví-

duo pleno, em sua singularidade e em interação com o coletivo.

Implicações pedagógicas: O que as equipes escolares precisam saber

- É preciso existir uma articulação entre as áreas do conhecimento e os campos de experiência, de modo a propor práticas interdisciplinares que respondam às demandas locais.
- É válido integrar escola e comunidade, reconhecendo o território como um espaço educativo ampliado.
- É importante atentar-se para a inclusão de dimensões socioemocionais no planejamento pedagógico, com

atividades que estimulem empatia, solidariedade e autorregulação emocional.

- É imperioso promover práticas pedagógicas que reconheçam e estimulem as diversas formas de expressão dos estudantes – corporal, artística, oral, escrita, digital – que são essenciais para garantir o desenvolvimento integral.
- É necessário repensar a organização do tempo escolar para que ele não seja pautado apenas por uma lógica disciplinar e fragmentada, mas por uma dinâmica que respeite os ritmos de aprendizagem e promova experiências integradas, conectadas ao cotidiano dos estudantes e aos contextos socioculturais em que vivem.

Aprendizagem desde as crianças muito pequenas

O reconhecimento de que as crianças aprendem desde o nascimento representa uma mudança significativa nas concepções pedagógicas da Educação Infantil, alinhada às diretrizes da BNCC. Essa perspectiva rompe com visões adultocêntricas e passivas da infância, ao afirmar que mesmo os bebês e crianças bem pequenas são sujeitos ativos, produtores de cultura, com capacidade de investigar, imaginar, criar e atribuir significados ao mundo desde os primeiros dias de vida.

A BNCC fundamenta essa abordagem nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento – conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se – que orientam práticas pedagógicas que reconhecem a potência das infâncias. Tais práticas devem ser intencionais, acolhedoras e respeitosas, garantindo espaços de escuta, trocas e experiências sensoriais e simbólicas.

Nesse sentido, a aprendizagem é compreendida como um processo contínuo, indissociável do cuidado, da brincadeira e das interações, que se dá nos vínculos estabelecidos com os adultos, com outras crianças, com os espaços e os objetos. Assim, a escola precisa assumir o compromisso ético de assegurar contextos educativos

potentes, que respeitem o ritmo, os interesses e a singularidade de cada criança.

Implicações pedagógicas: O que os educadores precisam saber

- É fundamental oferecer contextos educativos ricos em interações, materiais e linguagens, que favoreçam a exploração, a curiosidade e a construção de sentidos desde os primeiros anos.
- É importante promover o cuidado como dimensão pedagógica, reconhecendo-o como parte integrante e indissociável do processo educativo, especialmente nos momentos de alimentação, higiene e descanso.
- É válido planejar a rotina com momentos que integrem experiências motoras, cognitivas, afetivas e sociais, respeitando a singularidade e os diferentes tempos de aprendizagem de cada criança.
- É primordial valorizar a escuta ativa e a observação como estratégias pedagógicas centrais, permitindo que as escolhas e expressões das crianças orientem a organização dos ambientes e das propostas educativas.
- É necessário estabelecer uma relação colaborativa com as famílias, compreendendo-as como parceiras fundamentais na construção de uma prática pedagógica coerente, afetiva e culturalmente situada.

Alfabetização na idade certa

A alfabetização é um dos temas mais sensíveis e estratégicos para a Educação Básica, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça seu caráter de direito fundamental, orientando que ela ocorra, preferencialmente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Mais do que um processo técnico de decodificação de letras e sons, a alfabetização é compreendida como uma prática sociocultural, em consonância com o conceito de letramento.

Segundo a BNCC:

Aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017)

A perspectiva do letramento, defendida por Magda Soares (2018), amplia a

concepção de alfabetização para além do domínio do código alfabético. Trata-se de inserir o estudante em práticas sociais de leitura e escrita, possibilitando que ele compreenda os usos e funções da linguagem escrita na vida cotidiana.

Implicações pedagógicas: O que os coordenadores pedagógicos precisam saber para orientar seus educadores

- Alfabetizar com base no letramento requer que a escola ofereça diariamente oportunidades concretas para que os estudantes leiam, escrevam, escutem e falem em diferentes situações comunicativas. Sendo assim, criar cantinhos de leitura, produzir textos coletivos, trabalhar com gêneros textuais variados e promover encontros com autores e livros são estratégias que fortalecem essa imersão.
- É importante planejar sequências didáticas que integrem leitura e escrita a contextos reais e significativos.

- É preciso utilizar metodologias lúdicas e diversificadas, como jogos de linguagem, projetos de escrita e rodas de leitura.
- É importante reconhecer e acolher a diversidade linguística e cultural das crianças e jovens, pois é fundamental que o processo de alfabetização dialogue com a realidade sociocultural deles, incorporando seus saberes, sotaques, modos de falar e referências culturais nas práticas pedagógicas.
- É fundamental valorizar a avaliação formativa, acompanhando o progresso dos estudantes e ajustando as estratégias pedagógicas conforme necessário.

Humanização da educação

A educação humanizada propõe uma abordagem formativa que reconhece o estudante como um sujeito integral, considerando suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais, éticas e estéticas. Essa concepção rompe com modelos pedagógicos centrados apenas na transmissão de conteúdos, valorizando a escuta, o diálogo, a construção de vínculos e o desenvolvimento de competências que favoreçam a convivência democrática, a empatia e a responsabilidade coletiva.

Alinhada aos princípios da BNCC, essa abordagem promove a formação de sujeitos críticos, conscientes e solidários, capazes de interagir de forma ética com o outro e com o mundo, reconhecendo e respeitando as diferenças. A escola, por sua vez, deixa de ser apenas um espaço de ensino e passa a ser um lugar de formação humana e social, onde se aprende a viver em comunidade e a transformar realidades.

Implicações pedagógicas: O que toda comunidade educativa precisa fazer

- Fomentar a construção coletiva de valores, normas e regras de convivência, valorizando o diálogo, o cuidado mútuo e o respeito às diferenças.
- Trabalhar temas transversais como diversidade, direitos humanos e sustentabilidade, de modo crítico, interdisciplinar e contextualizado com a realidade dos estudantes.
- Criar espaços para a escuta e a expressão das emoções, como assembleias escolares ou rodas de conversa, promovendo o desenvolvimento socioemocional e o senso de pertencimento.
- Valorizar a mediação de conflitos como oportunidade educativa, estimulando a autonomia moral, a empatia e o protagonismo dos estudantes na resolução de problemas.
- Promover práticas pedagógicas que integrem arte, cultura e corporeidade,

reconhecendo-as como linguagens fundamentais na formação sensível e estética dos sujeitos.

Contribuições da neurociência

A neurociência educacional tem oferecido importantes subsídios para repensar as práticas pedagógicas à luz de uma compreensão mais ampla e atualizada sobre o funcionamento do cérebro em desenvolvimento. Estudos indicam que a aprendizagem não ocorre de maneira linear e homogênea, mas é profundamente influenciada por fatores emocionais, sociais e ambientais. Essa perspectiva reforça a importância de ambientes educativos acolhedores, que respeitem os ritmos individuais e favoreçam a construção de vínculos afetivos.

A BNCC reconhece essa complexidade ao destacar a necessidade de considerar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano no processo de ensino e aprendizagem. Daniel J. Siegel (2015), referência internacional em neurobiologia interpessoal, destaca a importância da integração cerebral para a aprendizagem eficaz, evidenciando que ambientes

emocionalmente seguros e estimulantes favorecem a plasticidade neural – a capacidade do cérebro de se reorganizar e formar novas conexões.

Antônio Damasio (2012), por sua vez, salienta a relação intrínseca entre emoção e cognição, argumentando que o aprendizado ocorre de forma mais profunda e duradoura quando as experiências envolvem carga afetiva significativa. O estresse tóxico e a ansiedade, por outro lado, prejudicam as funções executivas e a memória de trabalho, comprometendo o desempenho escolar.

Assim, a escola deve ser um espaço que não apenas transmite conhecimentos, mas que cuida, escuta e propicia condições emocionais e cognitivas para o florescimento pleno das potencialidades de cada estudante.

Implicações pedagógicas: O que todos os formadores de professores precisam saber

- É preciso planejar atividades que considerem os ciclos de atenção dos estudantes e que promovam o enga-

jamento ativo, evitando longos períodos de passividade ou excesso de estímulos.

- É importante garantir momentos de relaxamento e pausas ao longo da rotina escolar, prevenindo sobrecargas cognitivas e favorecendo a autorregulação emocional.
- É válido oferecer formação continuada para os educadores com noções básicas sobre neurociência e desenvolvimento infantil, fortalecendo práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas.
- É fundamental criar ambientes de aprendizagem seguros, afetivos e livres de ameaças emocionais, reconhecendo que o bem-estar é condição essencial para a aprendizagem efetiva.
- É primordial estimular práticas que integrem movimento, arte e expressão emocional, promovendo conexões neurais mais ricas e duradouras, especialmente nos Anos Iniciais da escolarização.

Gestão Escolar: Para encontrar direção

Gestão Democrática

A gestão escolar democrática é um princípio orientador das políticas educacionais brasileiras, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a gestão democrática como um dos pilares do ensino público (BRASIL, 1988). Na Educação Básica, esse modelo de gestão assume papel estratégico na promoção da participação coletiva, da transparência e da corresponsabilidade entre os diversos atores escolares.

A gestão democrática se traduz, na prática, na valorização do diálogo entre

equipe gestora, educadores, estudantes, famílias e comunidade local, sendo essencial para a construção de projetos pedagógicos significativos e contextualizados. Para Libâneo (2001), esse tipo de gestão, denominada por ele como “prática-participativa”, exige a superação do autoritarismo e o fortalecimento de processos coletivos de decisão, o que implica na formação de uma cultura de participação dentro da escola.

Na Educação Infantil, por exemplo, a presença ativa das famílias nos conselhos escolares e nos momentos de planejamento pedagógico contribui para a construção de um currículo mais sensível

às realidades socioculturais das crianças (OLIVEIRA, 2018). Já no Ensino Fundamental, práticas como assembleias escolares, fóruns comunitários e a gestão participativa do orçamento escolar são instrumentos que reforçam a autonomia das unidades escolares e promovem maior compromisso com os resultados educacionais (PARO, 2016).

A seguir, apresentam-se sugestões de ações práticas que evidenciam uma gestão escolar democrática:

- Criação e fortalecimento do Conselho Escolar com participação efetiva de pais, professores, funcionários e representantes da comunidade.

- Assembleias escolares periódicas com a participação de estudantes, famílias e profissionais da escola para deliberação de questões relevantes.
- Gestão participativa do Projeto Político-Pedagógico (PPP), com escuta ativa de todos os segmentos escolares.
- Reuniões sistemáticas com as famílias, promovendo diálogo sobre o processo de ensino e de aprendizagem.
- Transparência na aplicação dos recursos financeiros, com prestação de contas acessível e compreensível à comunidade.
- Planejamento coletivo entre gestores, professores e demais profissionais da escola, respeitando a autonomia pedagógica e a construção colaborativa.
- Criação de espaços de escuta e acolhimento para estudantes e famílias, favorecendo a construção de vínculos e confiança.

- Ações de formação continuada para a equipe escolar sobre temas específicos à gestão democrática, equidade e participação social.
- Parcerias com organizações locais e conselhos comunitários, fortalecendo a integração entre escola e território.
- Promoção de processos eletivos transparentes e legítimos para cargos de representação interna na escola (como grêmios estudantis e comissões).

Consolidar uma gestão escolar democrática vai além da adoção pontual de mecanismos participativos: trata-se, na verdade, de promover uma nova lógica de funcionamento institucional, baseada na escuta ativa, na mediação de conflitos e na horizontalização das decisões. Isso requer o compromisso ético e político da equipe gestora, com a inclusão e a justiça social, reconhecendo que os sujeitos escolares carregam saberes, necessidades e propostas que precisam ser legitimadas no cotidiano escolar.

A abertura à participação não se resume à consulta formal, mas implica compartilhar o poder decisório, promovendo a corresponsabilidade entre os diversos segmentos da escola. Quando efetivada, a gestão democrática fortalece a cultura da cooperação, ressignifica o papel da escola como espaço público de construção coletiva e amplia a capacidade da instituição de responder de forma sensível às demandas locais. Portanto, ela não é apenas um modelo de gestão, mas uma prática cotidiana de democracia vivida e exercida no ambiente educacional.

* * *

O investimento financeiro na escola e os programas federais

O aporte financeiro federal no âmbito da Educação Básica pública brasileira revela-se essencial para promover equidade, qualidade e gestão eficiente das escolas. Os investimentos sustentam melhorias na infraestrutura física e digital, possibilitam a implementação de processos pedagógicos inovadores e fortalecem o controle social sobre a utilização dos recursos. Tais políticas influenciam diretamente o bem-estar escolar, ampliam o acesso à aprendizagem efetiva e sustentam práticas de gestão participativa e autônoma.

Entre os principais programas federais vigentes, destacam-se:

Os links de acesso aos programas mencionados encontram-se ao final deste Guia.

- **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUN-DEB):** É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual. O recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da Educação Básica pública, bem como na valorização dos profissionais da área, incluída sua condigna remuneração.
- **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):** Administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), transfere recursos financeiros diretamente às escolas para manutenção, estrutura, tecnologias educacionais e autogestão comunitária. O PDDE possui diversas ações e programas integrados, tais como: Educação Conectada, Escola Acessível, Brasil na Escola, Sala de Recursos, entre outros. Tais programas e ações podem ser consultados no site do PDDE Interativo².
- **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** Oferece alimentação escolar nutritiva e educação ali-

mentar aos estudantes da Educação Básica pública.

- **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD):** Distribui livros didáticos, pedagógicos e materiais auxiliares de forma gratuita às escolas da Educação Básica.
- **Plano de Ações Articuladas (Novo PAR):** É um instrumento estratégico de planejamento voltado ao financiamento de obras, reformas e melhorias escolares; em curso até 2025, abrange bilhões em investimentos em ações educativas.
- **Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) e Caminho da Escola:** O ProInfância financia creches e pré-escolas; já o Caminho da Escola fornece veículos e apoio para transporte escolar em áreas rurais, por meio de linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- **Formação continuada de profissionais da Educação Básica, como Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA), Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e**

Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec), Saberes Indígenas etc.: Bolsas e cursos oferecidos pelo FNDE para gestores e docentes, fortalecendo capacidades administrativas e pedagógicas.

- **Regime de Colaboração:** Constitui um princípio fundamental para a organização da educação brasileira, estabelecido pela *Constituição Federal de 1988* e detalhado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 1996). Ele pressupõe a articulação entre União, estados, Distrito Federal e municípios na formulação e implementação de políticas públicas, garantindo complementariedade de ações e divisão de responsabilidades. Nesse modelo, o Ministério da Educação (MEC) tem papel estratégico de coordenação nacional, apoio técnico e financeiro, visando reduzir desigualdades regionais, assegurar padrões de qualidade e promover a equidade no acesso e permanência dos estudantes na escola.

Estes programas, combinados, oferecem um arcabouço de recursos e estratégias que reforçam a gestão escolar, viabilizam investimentos essenciais e ampliam impactos sustentáveis em contextos diversos. A interligação entre financiamento

direto, formação de pessoal e infraestrutura garante condições para que gestores escolares – apoiados por dados de transparência como o Painel de Investimento em Educação Básica – possam planejar e executar políticas educacionais mais eficazes e alinhadas ao Plano Nacional de Educação.

Relevância do conhecimento de documentos oficiais que regem a Educação Básica

Para a promoção de uma gestão pedagógica intencional, democrática, alinhada aos princípios legais e às demandas contemporâneas da educação, é indispensável que a equipe gestora escolar tenha conhecimento dos documentos que norteiam a Educação Básica. Afinal, esses documentos constituem o alicerce jurídico, político e pedagógico que orienta decisões escolares, contribuindo diretamente para a construção de projetos coerentes, do planejamento curricular, para a avaliação da aprendizagem e a formação docente.

Entre os principais documentos que devem ser conhecidos e mobilizados pela equipe gestora, destacam-se:

- **Constituição Federal de 1988:** Estabelece o direito à educação como dever do Estado e da família.

² - O PDDE Interativo é a ferramenta de gestão central para adesão e execução do PDDE e de programas integrados associados, como Brasil na Escola, Educação Conectada, Cantinho da Leitura, entre outros. Conheça todos os programas e ações acessando o link <https://pddeinterativo.mec.gov.br/programas-lista>.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996):** Regula o sistema educacional brasileiro em todos os níveis.
- **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2025):** Define metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs):** Estabelecem princípios e fundamentos para cada etapa da Educação Básica:
 - Educação Infantil (*Resolução CNE/CEB no 5/2009*).
 - Ensino Fundamental (*Resolução CNE/CEB no 7/2010*).
 - Ensino Médio (*Resolução CNE/CEB no 2/2012 e no 4/2018, referente à BNCC*).
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Documento normativo que define as aprendizagens essenciais desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

- **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil:** Apontam critérios estruturais, pedagógicos e relacionais para garantir o direito dos estudantes à educação de qualidade.
- **Currículos e referenciais estaduais e municipais:** Adaptam a BNCC às realidades locais.
- **Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico (PPP):** Instrumentos próprios de cada instituição que traduzem os princípios dos documentos oficiais para o contexto escolar específico.
- **Normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos Conselhos Estaduais/Municipais de Educação (CEE/CME):** Complementam as orientações legais e pedagógicas conforme a legislação vigente.
- **Documentos orientadores da educação especial e inclusiva:** Como a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)* e a Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei no 13.146*).

- **Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNPI) e o Decreto 12.574, de 5 de agosto de 2025:** Trata-se da criação de uma governança intersetorial para apoiar crianças de zero a seis anos em todo o país. Estabelece diretrizes, objetivos, eixos de ação e mecanismos de monitoramento para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral dessa população.
- **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil:** São documentos orientadores elaborados pelo MEC e homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2024. Eles atualizam os antigos *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006)*, e têm como finalidade definir critérios nacionais de qualidade para creches e pré-escolas, articulando-os à perspectiva de equidade, isto é, ao

compromisso de reduzir desigualdades sociais, territoriais, étnico-raciais, de gênero e de deficiência no acesso e na oferta da Educação Infantil.

Ao conhecer e compreender estes documentos, a equipe gestora fortalece sua capacidade de liderar processos de formação continuada, orientar o planejamento coletivo e promover a coerência entre o que é proposto institucionalmente e as diretrizes nacionais.

Por exemplo, realizar a articulação com o corpo docente para a elaboração do Plano de Ensino, o domínio da *BNCC* e do *Currículo Municipal* permite à gestão orientar os educadores quanto à progressão de habilidades, à interdisciplinaridade e ao desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando as especificidades de cada etapa da educação.

Assim, mais do que um requisito burocrático, o domínio dos documentos orientadores revela-se uma ferramenta de transformação da escola, alinhando princípios legais, concepções pedagógicas e práticas educativas com vistas à garantia do direito à educação de qualidade para todos.

A formação continuada

Em face das transformações profundas e dos desafios contemporâneos vivenciados pelas escolas, torna-se cada vez mais urgente consolidar práticas formativas que valorizem a dimensão coletiva e crítica do trabalho docente. A formação continuada emerge, nesse contexto, como um eixo estruturante do desenvolvimento profissional de professores e equipes gestoras (diretores de escola e coordenadores pedagógicos), superando modelos tradicionais de ensino.

A imagem clássica do professor isolado em sala de aula, de pé diante da lousa, conduzindo sozinho a aula diante de uma turma passiva de crianças e jovens enfileirados tem cedido lugar a novas configurações pedagógicas, nas quais múltiplos docentes atuam de forma integrada em espaços abertos de aprendizagem,

organizados em torno de grupos de estudantes e práticas interativas.

Este modelo contemporâneo de educação exige uma redefinição do papel docente, então pautado pelo trabalho em equipe, pela corresponsabilidade e pela reflexão coletiva sobre os processos de ensino e de aprendizagem. Afinal, conforme cita Antonio Nóvoa,

Ninguém se integra numa profissão sozinho, isoladamente. Ninguém constrói novas práticas pedagógicas sem se apoiar numa reflexão com os colegas. Ninguém, sozinho, domina completamente a profissão, como tantas vezes nos tem alertado Sérgio Niza (2012). Precisamos dos outros para nos tornarmos professores. (NÓVOA, 2022)

Nesse contexto de transformação, a formação continuada torna-se um dispositivo essencial, não apenas para o aprimoramento técnico, mas como instância privilegiada de construção de uma iden-

tidade profissional partilhada, de fortalecimento da cooperação entre pares e de ressignificação da prática docente à luz dos desafios contemporâneos.

O papel das lideranças escolares, notadamente das equipes gestoras, deve ser ressignificado, concebendo-as não apenas como instâncias de gestão administrativa, mas como agentes formadores comprometidos com a consolidação de comunidades profissionais de aprendizagem.

Conforme já foi mencionado, a formação docente continuada constitui um dos eixos centrais para a qualificação da prática pedagógica e para a consolidação de uma educação comprometida com a transformação social. Dessa forma, é possível identificar três pilares fundamentais e complementares que sustentam esse processo formativo: as formações promovidas pelas Secretarias de Educação; a formação no espaço escolar (in loco), conduzida pelas equipes gestoras e; a autoformação docente.

Cada um desses pilares desempenha um papel específico, porém interdependente, na construção de saberes profissionais. Ao articular instâncias institucionais, práticas colaborativas no contexto escolar e iniciativas autônomas do professor, configura-se um modelo formativo mais orgânico, contextualizado e responsivo às complexidades do fazer docente na contemporaneidade (ver box).

Por fim, é fundamental reconhecer que a formação continuada dos professores, embora deva acolher e valorizar contribuições externas – especialmente aquelas oriundas das universidades e dos grupos de pesquisa –, não pode prescindir de seu enraizamento no cotidiano da escola. É nesse espaço concreto, com seus desafios, saberes práticos e dinâmicas próprias que a formação adquire sentido, se aprofunda e se torna verdadeiramente transformadora.

Formação docente continuada

- A formação promovida pelas Secretarias de Educação representa o primeiro pilar dessa construção. Cabe ao poder público assegurar políticas formativas de qualidade, com fundamentação teórica sólida, alinhadas às demandas reais da educação municipal. Essas formações devem ser planejadas com intencionalidade e oferecer não apenas atualização técnico-metodológica, mas também espaços de reflexão crítica. Além disso, é recomendada a adesão a programas federais de formação, que ampliam as possibilidades de capacitação e promovem a integração de diretrizes nacionais, contribuindo para a qualificação contínua dos profissionais.
- O segundo pilar, a formação *in loco* conduzida pela equipe gestora, assume papel estratégico. É na escola que o conhecimento se torna ação, e é nela que a formação ganha sentido. A construção de culturas colaborativas depende da liderança pedagógica (equipe gestora), que deve ministrar ou mesmo fomentar encontros, estudos coletivos e práticas reflexivas. A formação continuada, nesse âmbito, deve fazer parte do PPP da escola (Projeto de Formação) e considerar a participação dos educadores, transformando-se em espaço onde a experiência é valorizada e compartilhada. É essencial que o planejamento do Projeto de Formação seja elaborado pela equipe gestora, atendendo aos projetos e às necessidades específicas de cada unidade escolar, para garantir que as ações formativas sejam contextualizadas e eficazes. Tal prática gera vínculos, produz saberes e ressignifica a prática docente como experiência coletiva.
- A autoformação, terceiro pilar, reforça o protagonismo do professor no seu próprio percurso formativo. É fundamental que o professor compreenda a relevância da autoformação como parte integrante de sua formação profissional, não se limitando às ações formativas promovidas por instituições ou órgãos oficiais. Em um cenário educacional dinâmico e em constante transformação, a busca autônoma por conhecimentos atualiza saberes, aprimora práticas pedagógicas e fortalece a reflexão crítica sobre a própria atuação docente. A autoformação, nesse sentido, configura-se como um exercício de autonomia intelectual e compromisso ético com a qualidade da educação, permitindo ao professor assumir um papel ativo e criativo na construção de sua identidade profissional e na promoção de aprendizagens significativas.

Assim, mais do que mera receptora de conhecimentos externos, a escola deve ser compreendida como um território ativo de construção do saber docente. Nela, a formação continuada se realiza de forma situada e contextualizada, promovendo o desenvolvimento profissional a partir das experiências e necessidades reais dos educadores. Isso implica valorizar o diálogo entre teoria e prática, entre o saber acadêmico e o saber escolar, em uma perspectiva de coformação, em que os conhecimentos se cruzam, se validam e se transformam mutuamente.

Por fim, é relevante reafirmar que a formação continuada deve ser compreendida como um processo integrado, coletivo e permanente, que articula política pública, gestão pedagógica e compromisso individual, fortalecendo o tecido profissional da educação em todos os seus níveis.

Reuniões Produtivas

As reuniões pedagógicas configuram-se como momentos fundamentais no cotidiano escolar, pois possibilitam o diálogo entre os profissionais da educação, a análise coletiva das práticas e a construção de estratégias voltadas para o aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem. Quando bem estruturadas, essas reuniões fortalecem o trabalho colaborativo, promovem a reflexão crítica sobre os desafios educacionais e contribuem para o alinhamento das ações pedagógicas aos objetivos institucionais.

Contudo, para que esses encontros sejam de fato produtivos e não se limitem a repasses informativos, é essencial que sejam cuidadosamente planejados e conduzidos com intencionalidade. A seguir, apresentam-se orientações que podem

potencializar a efetividade das reuniões pedagógicas:

- **Socialização prévia da pauta:** A pauta deve ser enviada aos participantes com antecedência suficiente para permitir leitura crítica, preparação de contribuições e identificação prévia de dúvidas.
- **Organização da pauta por ordem de relevância:** Os temas devem ser organizados conforme sua relevância pedagógica, priorizando-se aqueles que demandam maior tempo de análise, aprofundamento reflexivo e planejamento de plano de ação, dada sua complexidade e impacto na prática educativa.
- **Definição de tempo para cada item:** O estabelecimento claro do tempo destinado à discussão de cada item da pauta – considerando a escuta dos

profissionais envolvidos diretamente no tema em questão – contribui para a objetividade dos debates e o bom uso do tempo coletivo.

- **Elaboração de plano de ação para cada item discutido:** Cada tema tratado deve resultar em um plano de ação com metas claras, prazos definidos e indicação de responsáveis pelo acompanhamento, execução e avaliação dos resultados.
- **Acompanhamento sistemático das decisões:** É essencial que as ações deliberadas sejam monitoradas ao longo do tempo, com devolutivas nas reuniões subsequentes, fortalecendo o compromisso coletivo e a efetividade das estratégias.
- **Destaque de comunicados simples ao final da pauta:** Informes e recados

administrativos devem constar no final da pauta, sem necessidade de serem discutidos, a menos que surjam dúvidas previamente identificadas após a leitura antecipada.

Com a implementação de tais orientações, as reuniões pedagógicas deixam de ser espaços meramente burocráticos e passam a constituir-se como práticas formativas e estruturantes da gestão escolar democrática. A clareza dos objetivos, a organização dos tempos, a definição de responsabilidades e o monitoramento das ações promovem a otimização do tempo coletivo e favorecem uma cultura de foco e intencionalidade. Como resultado, ampliam-se as possibilidades de tomada de decisão qualificada, com impactos eficazes nas práticas pedagógicas e na melhoria contínua da qualidade educativa.

Educação Inclusiva na Educação Básica: Princípios, práticas e políticas

Concepção atual de educação inclusiva

A educação inclusiva, na contemporaneidade, é compreendida como um direito de todos e uma exigência ética e legal para os sistemas de ensino. Vai além da simples inserção de crianças e jovens com deficiência ou com necessidades educacionais específicas em escolas regulares. Ela se fundamenta na valorização da diversidade humana e na construção de ambientes educacionais capazes de atender às diferenças, assegurando acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, sem discriminação.

A inclusão é, portanto, uma concepção que transforma a escola para que ela seja, de fato, de todos e para todos. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar não deve ser vista como um favor concedido

ao estudante com deficiência, mas sim como um direito que ele possui de conviver, aprender e se desenvolver junto com os demais colegas.

Essa abordagem rompe com antigos paradigmas baseados em modelos médico-clínicos, nos quais o estudante era visto como “portador de deficiência” e a escola como imutável. Hoje, a ênfase está na adaptação da instituição às necessidades dos estudantes, e não o contrário. A inclusão exige repensar práticas pedagógicas, materiais didáticos, estratégias de avaliação e até a organização do espaço e tempo escolar. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve toda a comunidade educativa: educadores, gestores, famílias, crianças e jovens.

Na prática, promover a educação inclusiva significa criar condições para que cada estudante possa aprender com qualidade, a partir de suas potencialidades e ritmos. Por exemplo, o uso de materiais adaptados, a flexibilização curricular e o

trabalho em grupo são estratégias que contribuem para uma aprendizagem significativa. Mais do que garantir a presença física do estudante na escola, é necessário garantir sua participação ativa e o reconhecimento de sua identidade como sujeito de direitos.

A convivência entre estudantes com e sem deficiência contribui para a construção de uma escola mais plural e diversa, na qual todos aprendem com as diferenças. Ao compartilhar experiências, as crianças e jovens sem deficiência desenvolvem valores como empatia, respeito e solidariedade, compreendendo melhor as múltiplas formas de ser e de aprender. Esse processo favorece não apenas o crescimento acadêmico, mas também a formação cidadã, pois ensina a lidar com a diversidade como um aspecto constitutivo da vida social. Assim, a inclusão fortalece a qualidade da educação para todos e amplia o sentido de pertencimento no espaço escolar.

Direitos, leis e diretrizes da inclusão escolar

A inclusão escolar é respaldada por um conjunto de leis, diretrizes e políticas públicas que garantem o direito à educação de qualidade para todos, especialmente para estudantes público-alvo da educação especial. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Já o artigo 208 reforça que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. Esses princípios foram ampliados com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei no 9.394/1996), que assegura o acesso à educação em igualdade de condições, respeitando as diferenças.

Outro marco fundamental é a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), que propõe a reestruturação das escolas comuns para que elas se tornem inclusivas, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação

de professores e a oferta de recursos e serviços de apoio. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência*, Lei no 13.146) consolidou direitos e garantias, reforçando a obrigatoriedade de práticas inclusivas e a oferta de adaptações razoáveis para assegurar o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Na prática, essas normas exigem que os sistemas de ensino adotem medidas concretas, como a implantação de salas de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores e o desenvolvimento de currículos flexíveis e acessíveis. Para os profissionais da educação, é essencial conhecer esse marco legal, pois ele sustenta as ações cotidianas e fundamenta decisões pedagógicas e administrativas. Além disso, fortalece a atuação dos gestores e educadores na defesa dos direitos dos estudantes, evitando retrocessos e promovendo a equidade nas políticas educacionais.

Sala de recursos multifuncionais: Apoio e complementação

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são espaços pedagógicos especializados, que têm como principal função oferecer apoio complementar e suplementar aos estudantes público-alvo da educação especial, além do ensino comum. Elas fazem parte do conjunto de ações do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e são estruturadas com recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos voltados para o desenvolvimento das habilidades das crianças e jovens com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

De acordo com o Ministério da Educação, essas salas devem atuar de forma articulada ao ensino regular, sem substituí-lo, sendo espaços destinados a promover a acessibilidade e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes (BRASIL, 2008). A atuação nelas é realizada por um professor especializado, que elabora um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o formula com os professores da sala comum. O trabalho visa

identificar barreiras para a aprendizagem e propor estratégias que favoreçam o acesso ao currículo, a participação e o desenvolvimento das crianças e jovens. Isso pode envolver o uso de materiais acessíveis, tecnologias assistivas, atividades de reforço ou adaptação de conteúdos. Importante destacar que a SRM não deve funcionar como espaço de reforço escolar tradicional, nem como substituto da inclusão em sala comum.

Na prática, uma sala de recursos eficaz depende de boa articulação com os demais profissionais da escola, planejamento conjunto e respeito às necessidades específicas de cada estudante. Por exemplo, um estudante com deficiência visual pode frequentar a SRM para aprender o uso do *braille* ou de softwares leitores de tela, ao mesmo tempo em que acompanha o conteúdo regular com seus colegas. O foco está na autonomia, na funcionalidade e na superação de barreiras que impedem a plena participação do estudante na vida escolar.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar e suplementar, cujo objetivo é garantir o direito à educação aos estudantes público-alvo da educação especial. Ele oferece recursos e estratégias específicas para atender as necessidades dessas crianças e jovens. No caso, o AEE deve ser planejado e executado de forma articulada com o currículo da escola regular, promovendo a inclusão plena e o desenvolvimento das competências dos estudantes. É importante destacar que este serviço não substitui a matrícula na classe comum, mas a complementa, contribuindo para o processo de aprendizagem.

Esse atendimento pode ocorrer em diferentes espaços, como nas salas de recursos multifuncionais, em salas específicas para o AEE, em contextos externos à escola, ou ainda dentro da sala de aula comum, com a atuação da professora especializada orientando a docente regente em como proceder, dependendo da organização da rede e das necessidades dos estudantes. Entre os principais recursos utilizados no AEE estão as tecnologias assistivas, mate-

riais adaptados, recursos de acessibilidade e metodologias diferenciadas. O planejamento desse serviço deve considerar o diagnóstico pedagógico individual e envolver a participação da família, da escola e de profissionais especializados.

Na prática, o AEE promove ações que vão desde o ensino de habilidades específicas, como o uso de recursos alternativos de comunicação, até o desenvolvimento de autonomia pessoal e social do estudante. Uma criança ou jovem com deficiência auditiva pode receber, por exemplo, atendimento especializado para o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto acompanha as aulas regulares. Assim, o AEE é um direito que fortalece a inclusão, garantindo que cada estudante tenha condições reais de aprendizagem e participação na escola, conforme as orientações do MEC, que destaca sua função como suporte essencial à efetivação da educação inclusiva (BRASIL, 2006).

* * *

Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é uma ferramenta fundamental para organizar e orientar o processo educativo dos estudantes público-alvo da educação especial. Ele é um documento que detalha as necessidades, objetivos, estratégias e recursos específicos para cada estudante, considerando suas características, potencialidades e desafios. A elaboração do PDI envolve a participação ativa da família, da equipe pedagógica, dos profissionais especializados e, sempre que possível, do próprio estudante, garantindo um trabalho colaborativo e centrado nele.

Este documento visa garantir a personalização do ensino, estabelecendo metas claras e realistas, com avaliações periódicas para acompanhar o progresso do estudante. Ele deve contemplar adaptações curriculares, metodológicas e de avaliação, além do uso de tecnologias assistivas e suporte interdisciplinar. Sua construção fortalece o compromisso da escola com a inclusão e permite que o processo educacional seja flexível e responsivo, com base nas necessidades individuais, sem perder o foco no desenvolvimento integral do estudante.

Na prática, o PDI facilita a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos, tornando explícitas as estratégias que favorecem a aprendizagem e a participação do estudante. Por exemplo, ele pode prever o uso de materiais em formato acessível, apoio de um tutor para atividades específicas ou adaptações na avaliação. Dessa forma, o PDI contribui para que a inclusão não seja apenas um princípio teórico, mas uma prática concreta, que respeita e valoriza as singularidades de cada estudante.

Estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão na prática escolar

- Flexibilização do currículo escolar.
- Uso de metodologias ativas.
- Trabalho colaborativo entre educadores.
- Planejamento conjunto entre equipes (pedagógica e de apoio).
- Organização do tempo escolar.
- Adaptação do espaço.
- Utilização de tecnologias assistivas.

Ações inclusivas na prática escolar: Caminhos possíveis

Promover a inclusão na prática escolar envolve a adoção de estratégias pedagógicas que favoreçam a participação e o aprendizado de todos os estudantes, respeitando suas diversidades. Entre essas estratégias, destacam-se a flexibilização

curricular, o uso de metodologias ativas, o trabalho colaborativo entre educadores e o planejamento conjunto entre equipes pedagógicas e de apoio. Além disso, é fundamental investir na formação continuada dos profissionais, para que estejam preparados para identificar e atender às necessidades específicas de cada estudante.

Outro aspecto importante é a organização do espaço e do tempo escolar para garantir acessibilidade e conforto, como a

adaptação de mobiliário, a oferta de materiais acessíveis e a utilização de tecnologias assistivas. Afinal, o ambiente escolar deve ser pensado para acolher as diferenças, incentivando a empatia, o respeito e a cooperação entre os estudantes. Boas práticas a serem realizadas são atividades em grupos heterogêneos, pois favorecem a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento, promovendo a inclusão social e acadêmica.

Por fim, o trabalho colaborativo entre educadores, gestores, famílias e a comunidade é essencial para o sucesso das ações. A construção de uma cultura escolar inclusiva depende do engajamento de todos, com diálogo constante e compartilhamento de responsabilidades. Assim, a inclusão deixa de ser um desafio individual e passa a ser uma prática coletiva, capaz de transformar a escola em um espaço verdadeiramente democrático e acolhedor.

Saúde Mental e Bem-Estar

A implementação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) trouxe aos educadores o desafio de desenvolver competências socioemocionais nos estudantes, como empatia, autocuidado, cooperação, responsabilidade e cidadania. No entanto, muitos profissionais não receberam em sua formação inicial orientação ou estudos neste campo. Por isso, enfrentam elevados níveis de estresse, sobrecarga e esgotamento emocional – fatores que comprometem a capacidade de trabalhar as habilidades mencionadas de maneira eficaz. Nesse cenário, promover a saúde mental e o bem-estar nas escolas como política pública torna-se essencial, já que beneficia tanto as crianças e jovens, quanto os profissionais da educação.

É importante destacar que a saúde emocional e o bem-estar não se transmitem como um conteúdo específico, mas são construídos de forma contínua e vivencial em todos os momentos da vida escolar. Investir nesse campo contribui para a criação de ambientes acolhedores, seguros e estimulantes, nos quais todos se sintam valorizados e capazes de interagir com respeito. Em **Pedagogia da Esperança**, Paulo Freire enfatiza que

a educação deve ser um ato de liberdade e diálogo, em que a compreensão mútua fortalece as relações e favorece o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Práticas como a atenção plena (*mindfulness*), apresentadas em **Atenção plena - Mindfulness: Como encontrar a paz em um mundo frenético**, de Mark Williams e Danny Penman, oferecem ferramentas para que estudantes e educadores aprendam a lidar com emoções, reduzam o estresse e mantenham o foco no cotidiano escolar. Exercícios de respiração, percepção corporal e observação consciente de pensamentos fortalecem a autorregulação, a empatia e a capacidade de enfrentar conflitos de forma construtiva.

Nessa perspectiva, a saúde emocional e o bem-estar não devem se restringir a atividades ou disciplinas específicas, mas sim atravessar todas as interações, decisões pedagógicas e relações interpessoais da escola. Ao integrar o diálogo freireano com práticas de *mindfulness*, torna-se possível construir uma comunidade educativa mais acolhedora, resiliente e orientada para aprendizagens significativas.

Um exemplo concreto dessa abordagem é a série **Corações e Mentes**, inspirada no *SEE Learning* (*Social, Emotional and Ethical Learning*), desenvolvido pela Universidade de Emory (EUA). No Brasil, a iniciativa é implementada em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, por meio de seu departamento de neurociência, e com a organização Gaia+, representante legal do SEE Learning no país. Essa proposta se materializa na Tecnologia Social Aprendizagem para Corações e Mentes, cujo propósito é formar educadores da rede pública e de organizações sociais, capacitando-os a desenvolver, de forma dinâmica, eficiente e proativa, competências sociais, emocionais e éticas junto a seus estudantes.

A proposta busca transformar os espaços de aprendizagem em ambientes de desenvolvimento humano integral, nos quais saúde mental, inteligência emocional e compaixão orientem a formação de educadores e estudantes. Parte-se da convicção de que a educação deve preparar indivíduos capazes de tomar decisões conscientes, além de contribuir para uma sociedade mais justa, colaborativa e resiliente.

Construído em diálogo com pesquisadores das áreas de psicologia, educação e neurociência, o programa se fundamenta na Aprendizagem Socioemocional (ASE), campo que associa o desenvolvimento de habilidades sociais à melhoria do desempenho acadêmico e ao fortalecimento do bem-estar infantil. Essa perspectiva reconhece que o papel da escola vai além do ensino de conteúdos cognitivos, incluindo também habilidades socioemocionais – como inteligência emocional, cooperação, resolução construtiva de conflitos e trabalho em equipe. O economista James Heckman, Prêmio Nobel, ressalta em suas pesquisas que tais competências são de-

terminantes não apenas para o sucesso escolar, mas também para a vida profissional e pessoal.

A Aprendizagem para Corações e Mentes propõe, assim, uma estrutura abrangente e flexível que valoriza tanto a prática quanto a teoria, dando às competências socioemocionais e éticas o mesmo peso de disciplinas tradicionais, como matemática, ciências ou línguas. Seu caráter plural permite adaptações às diferentes culturas escolares e contextos locais, sem promover agendas morais específicas, mas fomentando competências universais para o desenvolvimento integral.

Por fim, embora forneça conteúdos e metodologias estruturadas, a iniciativa reforça que a aprendizagem socioemocional só se consolida em ambientes que reflitam esses valores no cotidiano. A combinação entre currículo, práticas pedagógicas, apoio familiar, engajamento comunitário e ambientes naturalizados, cria condições para que os estudantes aprendam não apenas conceitos, mas também vivenciem experiências significativas que fortaleçam sua formação integral.

Quando os estudantes estabelecem vínculos significativos com a escola, com seus colegas e com os adultos que nela atuam, sentem-se mais seguros e aco-

lhidos no ambiente escolar. Esse sentimento de pertencimento cria condições favoráveis para que compartilhem experiências, expressem suas emoções e desenvolvam relações de confiança. Ao compreender a saúde emocional e o bem-estar como dimensões essenciais da vida escolar, a instituição fortalece não apenas a formação integral das crianças e jovens, mas também potencializa sua capacidade de aprender com mais qualidade e profundidade.

Ambiência: Como transformar espaços em ambientes de aprendizagem

Os espaços escolares devem, em sua essência, ser ambientes educativos. Pátios, corredores, salas de aula, refeitórios e banheiros podem e devem transmitir essa intenção. Quando a escola apresenta um ambiente limpo, organizado e com informações relevantes à comunidade escolar, ela se consolida como um lugar que educa, refletindo uma cultura coletiva e social.

A forma como o espaço é organizado, limpo e decorado – incluindo murais e materiais acessíveis – revela as concepções pedagógicas da escola e o cuidado com a ambiência. Além disso, valoriza as produções dos estudantes. A gestão es-

colar tem um papel fundamental na formação da equipe para promover melhorias nesses ambientes.

É essencial que os espaços reflitam a diversidade, favoreçam a conexão entre diferentes ambientes e preservem elementos naturais, inclusive desníveis do terreno. Ambientes mistos, que combinem brinquedos e materiais variados (baldes, potes, rastelos, giz, cordas, cestas, tecidos etc.) com elementos naturais (terra, água, areia, hortas, flores, pedras, conchas, árvores), enriquecem as experiências infantis. Os espaços devem possibilitar a interação entre pequenos e grandes grupos, oferecer locais reservados para momentos de

privacidade, garantir segurança ao mesmo tempo em que propiciam desafios e riscos controlados, e, sobretudo, contemplar a beleza – pois todos os estudantes têm direito ao belo.

Nesse sentido, Gandini (2016), ao discutir a abordagem de Reggio Emilia, ressalta que o ambiente é considerado o “terceiro educador”. Sendo assim, um componente ativo no processo educativo, que comunica valores, incentiva a autonomia e promove aprendizagens significativas. A forma como o espaço é pensado e organizado influencia diretamente o modo como os estudantes convivem, exploram, investigam e constroem conhecimentos.

Indicações de implementações de ambientes de aprendizagem para enriquecer o cotidiano pedagógico

- Brincadeiras com terra, água, areia, fogo e oportunidades de escalada.
- Brinquedos não estruturados e de largo alcance.
- Caminhos sensoriais.
- Espaços que estimulem o jogo simbólico.
- Áreas verdes, hortas, jardins e plantio de árvores.
- Parques naturalizados ou com estrutura de madeira.
- Painéis sonoros.
- Sistema de autosserviço italiano ou americano no horário de alimentação.
- Cantos de amamentação e incentivo ao aleitamento materno.
- Bibliotecas ou espaços dedicados à leitura.
- Brincadeiras de chão.
- Comunicação visual e murais posicionados na altura dos estudantes.
- Criação de abelhas sem ferrão próximas de hortas e jardins.

Nesse contexto, é fundamental que esses ambientes sejam constantemente observados, avaliados e qualificados, para que se consolidem, de fato, como espaços educativos.

Desemparedamento: repensando os espaços educativos

Como foi destacado anteriormente, a valorização dos ambientes como elementos fundamentais no processo de aprendizagem infantil reforça a importância do conceito de desemparedamento³. Essa abordagem propõe expandir a educação para além das paredes da sala de aula, aproveitando os diversos espaços da escola – como pátios, áreas verdes, praças e parques do bairro – e integrando-os às propostas pedagógicas.

Ao planejar experiências significativas nesses ambientes externos, promove-se não apenas a aprendizagem de conteúdos acadêmicos e científicos, mas também o bem-estar físico e emocional dos estudantes. Essa ampliação dos espaços de aprendizagem possibilita que as crianças e os jovens conheçam o território em que vivem, desenvolvam consciência ambiental e estreitem seus vínculos com a natureza e com a comunidade local. Isso

3 - O termo desemparedamento foi cunhado por Léia Tiriba, pesquisadora e educadora brasileira, para se referir à prática de ampliar as experiências educativas para ambientes externos e naturais, favorecendo uma aprendizagem sensível, ativa e conectada à vida.

contribui efetivamente para o desenvolvimento integral.

Desemparedar vai além de realizar atividades ao ar livre. Trata-se de uma mudança de concepção que envolve a reorganização dos tempos, rotinas e planejamentos escolares, com intencionalidade pedagógica voltada à exploração, brincadeira, curiosidade e investigação. É necessário compreender que a criança aprende o tempo todo, em qualquer lugar, e por isso os espaços externos devem ser incorporados à prática educativa com base na ideia de aprender com e na natureza.

Essa perspectiva fortalece a proposta de uma educação integral, que contempla todas as dimensões do desenvolvimento humano e transforma os territórios escolares e públicos em ecossistemas educativos, alinhados ao ideal de uma cidade educadora e acolhedora da infância. Ao habitar os diversos espaços da cidade, os estudantes podem explorar a natureza, os estabelecimentos, as relações sociais e se reconhecerem como parte ativa do mundo que as cerca.

Diversas pesquisas já evidenciam os benefícios do contato com a natureza, como o fortalecimento do sistema imunológico, a ampliação da percepção sensorial, a saúde emocional e o bem-estar, além do desenvolvimento da consciência ambiental. Assim, cabe à escola oferecer oportunidades de vivências ao ar livre, estimulando o encantamento, a experimentação e a descoberta, promovendo o senso de pertencimento ao meio natural.

Implicações pedagógicas: O que gestores escolares e professores precisam fazer

- Perceber a escola como espaço de aprendizagens significativas, promoção da saúde e qualidade de vida.

- Refletir sobre o potencial pedagógico dos espaços escolares e do entorno para experiências de exploração, brincadeira e pesquisa, dentro da lógica da cidade educadora.
- Focar em práticas pedagógicas integradas à natureza, aos territórios da cidade (como equipamentos públicos) e ao uso crítico das tecnologias.
- Ter em vista aprendizagens planejadas para acontecerem também em espaços ao ar livre.
- Romper com modelos pedagógicos desatualizados, que não atendem às necessidades dos estudantes contemporâneos.
- Estimular a sensibilidade, a escuta, as relações e a vivência.

- Propiciar experiências fundamentadas na aprendizagem com a natureza, promovendo efetivamente a educação integral.
- Gerar oportunidades de vivências da cidadania.
- Inserir a comunidade escolar em situações reais do cotidiano, promovendo o diálogo entre escola e território.
- Perceber que o ambiente físico exerce influência direta sobre a saúde emocional e o bem-estar dos estudantes. Espaços iluminados, arejados, acessíveis e organizados favorecem a sensação de segurança, acolhimento e pertencimento, enquanto locais inadequados, ruidosos ou mal estruturados podem gerar estresse, ansiedade

e desmotivação. Assim, a qualidade do espaço físico é parte essencial para promover relações saudáveis, aprendizagem significativa e equilíbrio emocional.

O desemparedamento também deve permear os processos formativos da equipe escolar, que precisam ser contínuos, significativos e articulados entre teoria e vivências. A formação docente ganha potência quando se conecta à experiência concreta, pois, como afirma Rubem Alves, “a experiência que passa pelo corpo jamais será esquecida”. Nesse sentido, vivenciar práticas formativas em espaços diversos, sensíveis e interativos amplia o repertório pedagógico dos profissionais e fortalece sua capacidade de promover aprendizagens mais ricas e contextualizadas para os estudantes.

Família, comunidade e escola: Uma parceria essencial para a educação integral

A participação ativa das famílias e da comunidade no cotidiano escolar é um dos pilares para uma educação de qualidade e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Essa parceria, quando construída com base no diálogo, na escuta mútua e no reconhecimento das diferentes culturas e saberes, fortalece o vínculo entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, como também contribui para a construção de uma escola mais democrática, acolhedora e significativa.

A BNCC também reconhece a importância dessa articulação ao afirmar que a escola deve promover o diálogo com as famílias e a comunidade, acolhendo suas experiências e saberes como parte do currículo. Essa interação é essencial para que os estudantes se reconheçam como parte ativa de uma coletividade e para que se construam territórios educativos que extrapolam os muros escolares.

Freire (1996) já destacava que a educação é um ato político e relacional, e que o diálogo é a base de toda prática educativa transformadora. Nesse sentido, investir em projetos que envolvam as famílias e a comunidade – como feiras culturais, rodas de conversa, oficinas, celebrações, mutirões de cuidado com os espaços escolares e eventos literários ou artísticos – não apenas aproxima os sujeitos, mas também valoriza a cultura local e incentiva a participação cidadã.

A realização de projetos interativos, como *A escola vai à comunidade* ou *Famílias que contam histórias*, pode proporcionar momentos ricos de troca de saberes, fortalecendo os laços afetivos e sociais. Além disso, promover eventos culturais com a presença de artistas locais, grupos tradicionais, lideranças comunitárias ou rodas de memória com os avós dos estudantes enriquece o repertório cultural e legitima os saberes populares como parte do currículo.

É fundamental, como afirma Paro (2016), compreender que a gestão democrática da escola inclui o direito das famílias de participar das decisões que envolvem a formação dos seus filhos. Isso implica não apenas convidá-las para momentos pontuais, mas estabelecer um diálogo constante, respeitoso e horizontal, que valorize sua escuta e sua contribuição.

Portanto, fortalecer a relação entre escola, família e comunidade requer intencionalidade, abertura ao diálogo e compromisso com a construção de uma educação que valorize a diversidade, a coletividade e a formação cidadã. Quando os diferentes atores sociais se sentem parte do processo educativo, criam-se ambientes mais afetivos, inclusivos e potentes para a aprendizagem.

A seguir, conheça exemplos práticos de como promover a participação ativa da família e da comunidade na escola:

Comunicação e diálogo com as famílias

- **Caderno ou diário de bordo:** Cada criança pode ter um caderno de recados personalizado, no qual a escola compartilha registros do cotidiano (fotos, falas, produções, conquistas) e a família também pode responder, comentar ou contribuir com reflexões e vivências de casa.
- **Reuniões dialógicas e escuta ativa:** Promover reuniões com menos foco em conteúdos burocráticos e mais espaço para escuta e trocas. Por exemplo, rodas de conversa com temas como “educação das emoções”, “como a criança aprende brincando” ou “rotina escolar e os desafios da infância”.
- **Pesquisa de interesses e expectativas:** No início do ano, é importante e necessário aplicar uma sondagem com as famílias sobre seus saberes, profissões, talentos, expectativas e disponibilidade. Isso permite incluir os familiares em ações pedagógicas intencionais.

Projetos com envolvimento familiar e comunitário

- **Projeto Famílias que ensinam:** Convidar familiares ou membros da comunidade para compartilhar saberes: um avô que planta, uma mãe que costura, um tio músico, um vizinho que trabalha com reciclagem. Eles podem oferecer oficinas, rodas de conversa ou demonstrações.
- **Projeto Minha história, minha identidade:** Propor que cada família compartilhe objetos, fotos, músicas ou receitas que representem sua história e cultura. Isso pode culminar em uma exposição cultural com a participação dos estudantes.
- **Projeto O bairro como território educativo:** Visa explorar a vizinhança com saídas pedagógicas, em parceria com os familiares – visitas a comércios, praças, igrejas, centros culturais, com os responsáveis atuando como guias locais.

Eventos Culturais, Literários e de Integração

- **Feira das Tradições e Saberes da Comunidade:** Evento sem fins comerciais, voltado à valorização dos saberes locais. Pode incluir oficinas de artesanato, rodas de capoeira, contação de histórias, culinária afetiva, apresentações musicais com talentos da família.
- **Café com saberes:** Encontros mensais com café da manhã coletivo, onde as famílias são convidadas a discutir temas propostos, apresentar sugestões e interagir com os educadores e estudantes. Também é um espaço para acolhimento.
- **Semana da leitura com a família:** Durante uma semana, cada dia é reservado para um familiar vir à escola ler uma história, cantar uma canção ou simplesmente compartilhar uma memória de infância com a turma.
- **Mostra de artes e portfólios:** Exposição dos trabalhos dos estudantes, organizada com apoio das famílias. Eles guiam os visitantes, explicando suas produções. As famílias também podem contribuir com registros (vídeos, fotos, falas).

Participação nas decisões e gestão escolar

- Criar o Conselho de Escola que inclua famílias na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- Promover Assembleias Escolares com a comunidade para tratar de temas como segurança, uso do espaço, projetos sociais e planejamento de eventos.

Tudo o que acontece na relação entre escola e família repercute de forma significativa na vida dos estudantes, interferindo positivamente em sua educação emocional, bem-estar e em sua percepção de proteção e segurança. Quando as famílias participam ativamente da rotina escolar, e a escola tem um bom planejamento facilitando e promovendo essa interação, as crianças e os jovens sentem-se mais protegidos, valorizados e confiantes, o que favorece tanto sua aprendizagem quanto seu desenvolvimento socioemocional. Essa rede de apoio fortalece vínculos afetivos e cria um ambiente de acolhimento, no qual a criança ou o adolescente pode se desenvolver de maneira integral, sabendo que está amparado por uma parceria sólida entre escola e família.

Plano Pedagógico: Para construir as diretrizes da escola

Olhar para o Plano Municipal de Educação (PME) e para o Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação é fundamental para garantir que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola esteja alinhado com as diretrizes, metas e políticas públicas da rede. Um PPP eficiente não nasce isolado, mas em sintonia com o contexto do sistema educacional local.

A seguir, o Guia de Boas Práticas da Educação Básica apresenta orientações sobre como articular o Projeto Político-Pedagógico (PPP) com o Plano Municipal de Educação (PME) e com o plano de ação da Secretaria de Educação, de forma coerente, estratégica e alinhada às políticas públicas educacionais.

Plano Municipal de Educação (PME)

O Plano Municipal de Educação (PME) é uma política pública de médio a longo prazo (10 anos), construída com base nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), adaptadas à realidade local. Ele estabelece diretrizes, metas e estratégias para garantir o direito à educação com qualidade e equidade.

O que observar no PME:

- **As metas gerais e específicas para cada etapa da Educação Básica:**

Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- **Indicadores de qualidade e de desempenho esperados:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), taxas de alfabetização, inclusão, etc.
- **Prioridades locais:** Evasão escolar, valorização docente, inclusão, formação continuada, etc.
- **Prazos e responsabilidades:** Identificar o que deve ser feito no nível escolar para contribuir com essas metas.

Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação

Este plano detalha as ações estratégicas e operacionais da gestão municipal de educação, geralmente em prazos mais curtos (anuais ou bianuais), e está diretamente ligado à execução do PME.

O que observar no plano da secretaria:

- **Projetos e programas prioritários da rede:** Formação docente, tecnologia educacional, reforço escolar, recomposição das aprendizagens, alfabetização.
- **Recursos e apoios previstos para as escolas:** Materiais, formações, indicadores, planos de monitoramento.
- **Instrumentos de avaliação e acompanhamento:** Avaliações diagnósticas, metas por escola etc.

Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve funcionar como o documento norteador de toda a ação educativa da escola. Nele, estão expressas as linhas gerais da proposta pedagógica, os valores da comunidade escolar, as metas a serem alcançadas (inclusive aquelas relacionadas ao IDEB) e o plano de ação com prazos, estratégias, recursos e critérios de monitoramento e avaliação. Como destaca Veiga (2012), o PPP é um projeto em constante construção, que expressa o compromisso coletivo com uma educação transformadora e de qualidade social.

Ele só pode ser considerado eficiente quando se fundamenta em um diagnóstico sólido e abrangente, que funcione como base para a tomada de decisões e para o planejamento das ações escolares. Esse diagnóstico deve contemplar múltiplos aspectos do contexto escolar, incluindo a aprendizagem dos estudantes, o rendimento acadêmico, a assiduidade, o envolvimento da comunidade local, bem como a estrutura física da escola e os recursos disponíveis.

Além disso, é fundamental conhecer as características, interesses e necessidades da comunidade escolar, de modo a inte-

grar as famílias, educadores, crianças e jovens e demais profissionais em um processo coletivo de construção do projeto. O diagnóstico permite identificar pontos fortes e desafios da escola, oferecendo um retrato realista da situação atual, o que é essencial para definir metas claras e alcançáveis. Assim, o ponto de partida de um bom PPP é sempre compreender onde estamos, analisando dados e experiências concretas, para então planejar onde queremos chegar, garantindo que as ações sejam coerentes, contextualizadas e voltadas para a melhoria contínua da qualidade da educação e da formação integral dos estudantes.

Construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) eficiente

Com base na análise do PME e do plano da secretaria, o PPP deve:

- Refletir os desafios e prioridades do território em que a escola está inserida.
- Incorporar metas claras e realistas, em conformidade com os indicadores e objetivos da rede.
- Organizar ações pedagógicas e de gestão coerentes com as políticas públicas locais.

- Promover a participação da comunidade escolar, fortalecendo o vínculo entre gestão, educadores, estudantes e famílias.
- Garantir coerência entre o currículo, as metodologias de ensino e as metas educacionais do município.

Sugestões de itens para a elaboração e organização do Projeto Político-Pedagógico

Apresentação

Sumário

- Finalidade, missão e valores que orientam a prática educativa da instituição.
- Concepções que embasam o trabalho pedagógico: concepção de criança, infância e educação, considerando a perspectiva da educação inclusiva.
- Caracterização da Unidade Escolar.
- Nome da escola.
- Endereço completo, telefone e e-mail institucional.
- Curso ofertado e faixa etária atendida.
- Turnos, períodos e horário de funcionamento.

- Organização dos agrupamentos por período e turma.
- Equipe gestora: Nomes e cargos (diretor, assistente de direção e coordenador pedagógico).
- Quadro de horários da equipe gestora e dos educadores.
- Quadro docente: Relação nominal dos professores, funções, formação, tempo de atuação na rede e na unidade escolar.
- Quadro de funcionários: Relação nominal dos profissionais, funções, formação e tempo de serviço na rede e na unidade.
- Indicação dos profissionais responsáveis pela unidade escolar em caso de ausência da equipe gestora.
- Quadro de horários semanais das aulas ministradas por professores especialistas.
- Organização das reuniões pedagógicas semanais.
- Descrição do espaço físico da escola (incluir fotos atualizadas), com atenção à acessibilidade dos ambientes, materiais e recursos disponíveis para estudantes, educadores e comuni-

dade (salas de aula, sala de leitura, banheiros, áreas externas, computadores, murais, entre outros). Incluir análise do grau de aproveitamento dos espaços e planejamento para qualificação dos ambientes.

- Caracterização da comunidade escolar: Contextualização histórica e diagnóstico.

Plano de Ação

- Retomar o Plano de Ação do ano anterior para subsidiar a avaliação, revisar, ou mesmo atualizar o plano vigente.
- Analisar o que foi efetivamente realizado, o que seguirá em continuidade e o que ainda não foi iniciado.
- Verificar se os objetivos, metas e ações (de curto, médio e longo prazo) estão voltados ao fortalecimento de vínculos e à superação dos desafios apontados nas avaliações.
- Descrição das práticas pedagógicas relacionadas à organização do tempo didático: Acolhimento e adaptação dos estudantes e suas famílias (inclusive migrantes), momentos de alimentação, higiene, descanso, entrada e saída, deslocamento entre os espaços da escola, entre outros.

Projeto Institucional

- Descrição do projeto institucional da unidade, construído com base em necessidades ou desejos identificados pela comunidade escolar. Deve ter intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento e à aprendizagem, podendo também ser denominado “projeto da unidade”.

Projeto de Formação

- Planejamento do processo de formação e acompanhamento da equipe escolar sob responsabilidade da coordenação pedagógica, com foco nas ações e objetivos do Projeto Institucional.

Ações compartilhadas

- Planejamento prévio de ações realizadas em conjunto com outras escolas do território, indicando as temáticas que serão abordadas coletivamente.

Ações de transição das etapas de escolaridade

- Registro da organização e planejamento de estratégias para transição escolar, envolvendo estudantes, educadores e comunidade escolar, visando garantir a continuidade dos processos educativos.

Trabalho com a diversidade

- Previsão de ações relacionadas à valorização da diversidade cultural e humana (por exemplo, atividades ligadas às culturas afro-brasileira, indígena, idosos, pessoas com deficiência etc.).

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

- Indicação dos referenciais teóricos e legais que fundamentam a oferta de AEE na perspectiva da educação inclusiva.

Avaliação: Critérios para acompanhamento

- Definição dos procedimentos e instrumentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem adotados pela escola: portfólios, registros reflexivos, murais, relatórios, vídeos, fotografias, autoavaliação, entre outros.
- Apresentação sistemática da organização das estratégias adotadas para realização dos Conselhos de Ciclo.
- Planejamento do reforço escolar e recomposição das aprendizagens para os estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Documentos

- Calendário Escolar.
- Constituição da Associação de Pais e Mestres (APM), quando existente no município, incluindo a previsão das datas das reuniões ordinárias, de acordo com o Estatuto Social.
- Constituição do Conselho de Escola e cronograma das reuniões ordinárias.
- Participação dos estudantes na gestão escolar por meio do “Conselhinho de escola”.

A importância de estabelecer metas para alcançar o IDEB projetado

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma ferramenta estratégica que permite acompanhar a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas brasileiras. Ele integra indicadores de rendimento escolar (taxas de aprovação) e desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas (como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica, Saeb). Mais do que um indicador numérico, o IDEB funciona como um termômetro que revela tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelas redes de ensino em relação à aprendizagem de crianças e jovens. Por isso, deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica de planejamento educacional, sendo integrado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) com o estabelecimento de metas e objetivos claros. Dessa forma, o IDEB orienta ações pedagógicas mais eficazes, contribui para a melhoria contínua da qualidade do ensino e fortalece o compromisso da escola com a aprendizagem de todos os estudantes.

Estabelecer metas claras, realistas e progressivas em relação ao IDEB é essencial para orientar as ações pedagógicas e administrativas das escolas. Ao definir ob-

jetivos, a escola passa a atuar de maneira intencional, com foco no aprimoramento do ensino, na redução da evasão e da retenção, e na garantia da aprendizagem significativa para todos os estudantes.

As metas auxiliam na construção de um projeto educativo mais coeso, que mobiliza toda a comunidade escolar – gestores, educadores, estudantes e famílias – em torno de objetivos comuns. Elas favorecem a identificação de prioridades, o acompanhamento dos indicadores de desempenho, e a proposição de intervenções pedagógicas eficazes, baseadas em evidências e nas reais necessidades das crianças e dos jovens.

Além disso, metas bem formuladas promovem uma cultura de avaliação formativa e de responsabilidade compartilhada. Quando os profissionais da educação compreendem os dados do IDEB e participam ativamente da construção das metas, fortalecem o sentimento de pertencimento e o compromisso com a qualidade da educação pública.

Vale ressaltar que atingir o IDEB esperado não deve ser o único objetivo da escola, mas sim um dos indicadores de um processo mais amplo: o de garantir o

direito à aprendizagem com equidade e inclusão. Portanto, as metas não devem ser vistas como pressão ou punição, mas como instrumentos que nos ajudam a refletir sobre as práticas, a valorizar conquistas e a corrigir rotas.

Comprometer-se com o alcance das metas do IDEB é, em última instância, comprometer-se com o sucesso escolar de cada estudante e com a construção de uma educação pública de excelência.

Exemplos práticos para estabelecimento de metas

A seguir, conheça exemplos práticos que ilustram estratégias para assegurar os princípios voltados à definição de metas e ao alcance do IDEB esperado.

Inclusão das metas no Projeto Político-Pedagógico (PPP)

- **Exemplo:** Durante a revisão anual do PPP, a equipe gestora insere as metas do IDEB como um dos eixos prioritários da escola. Promove reuniões com os educadores para discutir indicadores, traçar ações e monitorar o progresso trimestralmente.

Reuniões pedagógicas com base em dados

- **Exemplo:** Uma vez por bimestre, a coordenação pedagógica organiza

encontros com os educadores para analisar os resultados das avaliações diagnósticas e propor ajustes no planejamento de acordo com as metas de aprendizagem.

Intervenções pedagógicas direcionadas

- **Exemplo:** Após aplicar uma avaliação diagnóstica de língua portuguesa, a escola identifica que muitos estudantes têm dificuldade de compreensão leitora. Com base nisso, implementa um projeto de leitura semanal com rodas de conversa, leitura em voz alta e atividades de interpretação textual.

Envolvimento da comunidade escolar

- **Exemplo:** A escola realiza reuniões com pais e responsáveis para apresentar os dados do IDEB e as metas traçadas. Cria uma “agenda da aprendizagem”, para que as famílias acompanhem o progresso dos filhos e recebam orientações de como apoiar em casa.

Essas ações concretas criam uma cultura de corresponsabilidade, planejamento intencional e foco no desenvolvimento integral dos estudantes, que são pilares essenciais para alcançar os objetivos traçados e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de qualidade da educação.

A importância do Respeito à Individualidade, Protagonismo Juvenil e Escuta Ativa para a aprendizagem

Uma escola que verdadeiramente educa é aquela que reconhece seus estudantes como sujeitos de direitos, com histórias, interesses, ritmos e modos próprios de aprender e se expressar. Sendo assim, respeitar a individualidade, promover o protagonismo juvenil e exercer a escuta ativa são pilares fundamentais para uma Educação Básica comprometida com o desenvolvimento integral e com os princípios de uma educação democrática.

O respeito à individualidade implica compreender que cada criança e jovem é único. A aprendizagem não acontece de forma padronizada, e, por isso, o currículo e as práticas pedagógicas precisam garantir flexibilidade, acolhimento e valorização das diferenças. Considerar as trajetórias pessoais, os contextos socioculturais e os modos de ser de cada estudante é essencial para criar experiências significativas e potentes de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, é preciso avançar para além da escuta passiva. O protagonismo juvenil exige que a escola seja um espaço de participação real, onde os estudantes possam opinar, escolher, decidir e intervir sobre sua própria formação. O

educador italiano Francesco Tonucci defende que “a escola deve ser organizada ao redor da criança, e não a criança adaptada à escola”. Para ele, crianças e adolescentes devem ter voz ativa nas decisões escolares, pois só assim se formam cidadãos críticos e conscientes.

A escuta ativa, portanto, não é apenas uma atitude ética: é também uma metodologia pedagógica. Ela pressupõe abrir espaços para o diálogo, interpretar gestos, palavras, silêncios e formas de expressão das crianças e dos jovens. Tonucci reforça que “escutar as crianças é uma forma de dar sentido à escola e de garantir que ela esteja a serviço de seus protagonistas: os estudantes”. Escutar é confiar. E confiar é dar espaço para que mostrem do que são capazes.

Unir esses três elementos – respeito à individualidade, protagonismo e escuta – é reconhecer o papel ativo das crianças e dos jovens na construção do conhecimento. É também combater práticas autoritárias, que silenciavam vozes e impunham caminhos únicos de aprendizagem. Quando o estudante é ouvido, respeitado e convidado a participar, ele se reconhe-

ce como sujeito, amplia sua autonomia e fortalece sua autoestima.

Portanto, promover esses princípios no cotidiano escolar é fundamental para construir uma escola mais justa, inclusiva e transformadora, capaz de formar sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a sociedade em que vivem. Para que isso se concretize, é essencial que as modalidades organizativas descritas no texto abaixo estejam alinhadas a esses princípios, garantindo que a intencionalidade pedagógica seja refletida nas práticas diárias e favorecendo aprendizagens significativas para todos os estudantes.

Plano de Ensino

O plano de ensino, por sua vez, deve expressar de forma concreta os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas, os recursos disponíveis, os critérios de avaliação e a mediação docente intencional. A perspectiva de ensino por competências (Perrenoud, 2000) e de currículo integrado favorece a construção de práticas pedagógicas que desenvolvam habilidades cognitivas, socioemocionais

e criativas, fundamentais para a formação integral dos estudantes.

Nessa abordagem, Oliveira (2018) ressalta que um plano de ensino consistente precisa estar articulado a uma rotina semanal bem estruturada, pois é por meio dessa organização do tempo e das atividades que se garante a intencionalidade pedagógica e a continuidade dos processos de aprendizagem. A rotina, longe de ser engessada, deve ser flexível, mas orientadora, permitindo que o educador promova experiências significativas, respeitando os tempos e os ritmos de cada estudante, e garantindo a vivência de diferentes modalidades organizativas.

Sugestões de itens para a elaboração e organização no Plano de Ensino

Perfil da turma

O perfil da turma deve ser descrito de maneira objetiva, evidenciando a composição do grupo. Devem ser informados o número de estudantes, quantos já frequentavam a unidade escolar no ano anterior, quem ingressou por transferência de outras instituições, além dos casos de inclusão. É essencial também relatar, de forma geral, como se deu o período de adaptação: como foi a inte-

ração com os adultos e com os colegas, e como ocorreram os diferentes momentos e rotinas educativas.

O diagnóstico pedagógico inicial é construído a partir das observações e registros feitos durante o período de adaptação. Deve considerar os conhecimentos prévios e as experiências de cada estudante, documentando essas informações individualmente. Esses registros são fundamentais para compreender o ponto de partida do processo educativo, respeitando o ritmo e a singularidade de cada um.

Projeto Institucional

O Projeto Institucional surge como resposta a uma necessidade identificada nas avaliações internas e deve envolver toda a comunidade escolar. Ele visa promover mudanças que estejam alinhadas à missão, visão e valores da instituição. Assim como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), pode ter continuidade nos anos seguintes até que seus objetivos sejam plenamente atingidos.

O projeto requer metas claras, plano de ação bem definido, registro pedagógico contínuo e indicadores para monitoramento e avaliação. A participação da equipe pedagógica, famílias e comunidade deve ser garantida em todas as etapas – do planejamento à execução. Com base

nos objetivos comuns, o docente, em diálogo com a gestão, deverá indicar no plano de ensino como sua turma será inserida nas ações do Projeto Institucional.

Avaliação

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e de aprendizagem, sendo compreendida como uma prática contínua e processual que permite redirecionar e qualificar o trabalho pedagógico. Ela não se restringe ao momento da prova, mas se manifesta em diferentes momentos e contextos da aprendizagem.

Para que seja eficaz, é fundamental que o planejamento escolar defina como cada área do conhecimento será avaliada e quais instrumentos serão utilizados. Entre os principais instrumentos estão provas escritas e orais, listas de verificação, portfólios, registros de observação, trabalhos em grupo, produções artísticas, relatórios, autoavaliação, registros fotográficos, registros por vídeos e avaliação entre pares, além de atividades práticas e experimentais. A utilização diversificada desses recursos possibilita um acompanhamento mais completo do desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, garantindo que a avaliação seja significativa, inclusiva e formativa.

Quando a observação for utilizada como recurso – o que é altamente recomendado – é importante que esse momento seja formalizado por meio de registros adequados. Da mesma forma, quando forem utilizados instrumentos como desenhos, relatórios, fotografias, produções escritas ou atividades de verificação, esses registros devem ser organizados e arquivados corretamente.

É fundamental considerar que o tipo de avaliação deve estar alinhado ao tipo de conhecimento que se pretende verificar. Para avaliar a linguagem oral, por exemplo, são estratégias adequadas a observação, a escuta atenta, gravações e os registros feitos pelo educador. Por outro lado, para avaliar a sistematização de técnicas operatórias, é indispensável o uso de atividades de verificação escritas.

Modalidades organizativas

Garantir uma educação de qualidade e excelência requer intencionalidade, planejamento e metodologias ativas que valorizem os saberes dos estudantes, pois isso promove aprendizagens significativas. Assim, as modalidades organizativas – como atividades permanentes, projetos, sequências didáticas e atividades

ocasionais – representam uma importante estratégia pedagógica para estruturar o tempo, os conteúdos e as experiências escolares de forma articulada e eficaz. Além disso, constituem um elemento essencial na elaboração do plano de ensino, pois permitem ao professor organizar de maneira intencional as propostas pedagógicas, garantindo coerência entre os objetivos de aprendizagem, as práticas desenvolvidas e a avaliação dos processos educativos.

Cada uma dessas modalidades responde a finalidades específicas no processo de ensino e de aprendizagem. As **atividades permanentes**, por exemplo, favorecem a familiarização dos estudantes com determinadas práticas sociais e conhecimentos, garantindo a consolidação de habilidades essenciais. São práticas que se repetem com regularidade, como rodas de leitura, escrita do calendário, registros diários ou contagem de dias, proporcionando continuidade e aprofundamento dos conteúdos.

Os **projetos** se destacam por sua abordagem investigativa e integradora. Eles partem de um tema ou assunto que faz sentido para as crianças e jovens, promovendo engajamento, cooperação e resolução de problemas. Ao desenvolver projetos, o professor articula diferentes campos de conhecimento e cria oportu-

nidades para que os estudantes se envolvam em situações reais de aprendizagem, ampliando sua autonomia, criatividade e senso crítico. Como aponta Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (2002), a organização das experiências em projetos favorece a construção ativa do conhecimento, com base nas interações e nos interesses dos estudantes.

Sugestão de organização do Projeto Didático

- **Tema.**
- **Duração.**
- **Justificativa.**
- **Objetivos gerais e específicos.**
- **Conteúdos.**
- **Etapas.**
- **Produto final compartilhado.**
- **Avaliação.**

O **Projeto Didático** é uma modalidade organizativa que, por vezes, é confundida com os Projetos Institucionais – no entanto, estes têm caráter mais amplo e envolvem toda a comunidade escolar. Os Projetos Didáticos, por sua vez, são desenvolvidos no contexto da sala de aula e apresentam como principais características a existência de um produto final e de

objetivos mais abrangentes, que articulam propósitos didáticos e sociais.

Um dos erros mais recorrentes na elaboração de Projetos Didáticos é priorizar excessivamente a culminância – ou seja, o produto final – em detrimento do acompanhamento e da garantia efetiva das aprendizagens ao longo de suas etapas. Ainda que elas devam convergir para o produto final, é fundamental que estejam ancoradas em objetivos pedagógicos consistentes.

As **sequências didáticas**, por sua vez, organizam atividades em uma progressão de complexidade crescente, favorecendo a construção gradativa de conhecimentos específicos. Elas são especialmente eficazes para o desenvolvimento de habilidades como leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas, entre outras, respeitando o ritmo de cada estudante. Nesse sentido, Delia Lerner (2002) destaca que as sequências didáticas são fundamentais para garantir que os estudantes se apropriem de práticas sociais da linguagem, por meio de situações didáticas sistematizadas e significativas.

Sugestão de organização da sequência didática:

- **Tema.**
- **Duração.**

- **Justificativa.**
- **Objetivos.**
- **Conteúdos.**
- **Etapas.**
- **Avaliação.**

Um bom critério para identificar se estamos, de fato, diante de uma sequência didática é perguntar: “há continuidade entre as atividades?”. Se a resposta for negativa, provavelmente se trata apenas de um agrupamento de atividades que se assemelham a uma sequência, mas não cumprem sua função estruturante.

Portanto, reforçamos que as sequências didáticas não são uma simples lista de estratégias, mas sim um conjunto de atividades articuladas entre si, que se conectam aos objetivos do professor, contemplando tanto as situações de aprendizagem quanto os momentos de avaliação dos estudantes. A progressão dos conteúdos é condição fundamental para a organização das sequências, que devem sustentar a elaboração dos planos de ensino.

Já as **atividades ocasionais** têm um papel importante na valorização da escuta sensível e da flexibilidade pedagógica. Elas permitem que o planejamento seja ajustado a partir de situações inesperadas, interesses emergentes do grupo ou acontecimentos significativos do co-

tidiano, conectando a escola ao mundo real e potencializando aprendizagens contextualizadas.

Utilizar essas diferentes modalidades organizativas de forma articulada e intencional contribui diretamente para uma educação mais dinâmica, responsiva e centrada no estudante. Como destaca a BNCC, o planejamento deve assegurar “oportunidades múltiplas de aprendizagem, respeitando os tempos e os modos de aprender de cada criança e jovem”.

Além disso, o uso adequado das modalidades organizativas no plano de ensino e na organização do tempo didático fortalece a prática reflexiva dos professores, que passam a analisar continuamente os efeitos de suas propostas pedagógicas e a tomar decisões baseadas nas observações do processo de aprendizagem.

Organização do tempo didático

A organização do tempo didático – também chamada de “rotina” ou “semanário”, por exemplo – constitui um instrumento essencial no trabalho dos educadores. É por meio dela que se delinea a intencionalidade educativa e se define, com clareza, como as aprendizagens serão promovidas.

Quando articulada ao plano de ensino, a rotina garante coerência entre os objetivos pedagógicos e as práticas realizadas no cotidiano escolar, favorecendo a continuidade das experiências, o acompanhamento do progresso dos estudantes e a criação de um ambiente seguro e estruturado para a aprendizagem. Dessa forma, a rotina não apenas organiza o tempo, mas fortalece o vínculo com o planejamento e contribui diretamente para a efetividade do processo educativo.

Cabe aos professores planejar e estruturar esse tempo de forma cuidadosa, preparando os materiais necessários em consonância com seu plano de aula – seja por meio de projetos, sequências didáticas, atividades, jogos, entre outras estratégias. Nesse processo, é fundamental considerar a escuta sensível aos estudantes, reconhecendo seus interesses, que muitas vezes divergem do planejamento inicial. Além disso, é importante prever, de forma intencional, momentos que favoreçam a participação infantil na construção do cotidiano, inclusive no próprio planejamento. A escuta atenta do educador torna-se, assim, um recurso valioso para redirecionar ou ajustar as propostas, quando necessário.

O tempo didático é estruturado com base no plano de ensino, no qual estão definidos os objetivos de aprendizagem

para a turma. Embora seja um instrumento flexível, ele exige organização e constante reflexão, uma vez que a resposta do grupo às experiências propostas será determinante para a efetivação das ações planejadas. Como afirma Soligo (2015):

[...] a ação pedagógica só é verdadeiramente pedagógica se for ajustada aos estudantes reais a que se destina: às suas possibilidades e necessidades de aprendizagem, às suas hipóteses sobre os conteúdos, às suas estratégias pessoais para resolver problemas colocados pelas atividades e daí por diante. (SOLIGO, 2015)

Portanto, ao organizar o tempo didático, é necessário considerar diversos aspectos: a jornada educativa dos estudantes, as propostas a serem desenvolvidas, a forma mais adequada de estruturar as experiências de aprendizagem, a frequência das atividades, a utilização dos espaços e materiais, os agrupamentos e as diferentes possibilidades de interação.

* * *

A importância da leitura no processo educativo

O acesso à literatura desempenha um papel essencial no processo de escolarização, não apenas como recurso central no ensino da leitura e da escrita, mas como uma poderosa ferramenta para despertar o desejo de explorar os patrimônios culturais da humanidade. Mais do que um instrumento de instrução, a literatura ocupa um lugar de destaque na formação intelectual, emocional e estética dos estudantes.

Para que este papel se concretize, é fundamental que a leitura esteja prevista na organização do tempo didático, garantindo momentos sistemáticos e significativos de contato com os textos literários. Assim, as modalidades organizativas oferecem uma estrutura eficaz para inserir a leitura de forma intencional e articulada no cotidiano escolar, assegurando sua continuidade e aprofundamento ao longo do tempo.

Desde os primeiros anos de vida – ainda quando bebês – o contato com a leitura deve ser incentivado. A escuta de histórias, o manuseio de livros com texturas, imagens e ritmos próprios da lite-

ratura infantil oferecem às crianças pequenas experiências sensoriais e afetivas fundamentais para o desenvolvimento da linguagem, da atenção, da imaginação e do vínculo com o adulto mediador. Esse contato precoce forma as bases para a construção de uma relação positiva e prazerosa com os livros, essencial para a formação de leitores.

Ao longo da infância, a literatura se revela como uma poderosa aliada na aprendizagem da leitura e da escrita, ao apresentar personagens, contextos e períodos históricos variados por meio de narrativas envolventes. A ludicidade que lhe é inerente desperta o interesse dos estudantes e contribui para consolidar o gosto pela leitura, ampliando suas experiências de mundo.

A leitura sistemática e orientada dos livros do acervo escolar potencializa o desenvolvimento do vocabulário, da fluência leitora, da compreensão textual, da consciência fonológica, além de favorecer o contato com diferentes gêneros, estilos e estruturas textuais. Também contribui para enriquecer o repertório de ideias para a produção escrita e para o desenvolvimento da capacidade de análise crítica e sensibilidade estética.

Para que esses benefícios se concretizem, é imprescindível que a leitura faça parte da rotina semanal da escola, com momentos diários dedicados exclusiva-

mente à escuta e exploração de textos literários. A leitura diária, com tempos definidos e planejados, fortalece o vínculo das crianças e dos jovens com os livros e estabelece um ritmo que favorece tanto o hábito quanto o prazer de ler. Essa regularidade permite o aprofundamento das obras, amplia o repertório literário dos estudantes e cria um ambiente escolar mais rico culturalmente.

Entendemos, contudo, que o simples contato com livros infantis não basta. É essencial garantir a qualidade literária das obras disponibilizadas nos acervos escolares, priorizando títulos que promovam experiências significativas. Portanto, é primordial o acesso aos clássicos da literatura mundial, que proporcionam referências estéticas e culturais fundamentais, extrapolando o cotidiano e ampliando os horizontes dos estudantes.

O acesso pleno a esses bens culturais só será garantido se as escolas públicas cumprirem seu papel de democratizar e socializar o conhecimento em suas formas mais elaboradas. Isso implica o compromisso de cada unidade escolar em desenvolver projetos literários consistentes, intencionais e cuidadosamente planejados, que assegurem o direito de todos à leitura de qualidade desde a primeira infância.

É importante destacar que o manuseio espontâneo de livros – embora valioso –

não é suficiente para formar leitores proficientes e críticos. Os educadores têm papel fundamental nesse processo, ao adotar estratégias diversificadas de leitura, apresentando os diferentes gêneros literários e suas possibilidades: encantar, divertir, emocionar, provocar reflexões, ampliar repertórios e alimentar a imaginação.

A presença de uma biblioteca, de uma sala de leitura na escola e de um cantinho de leitura nas salas de aula é fundamental para a formação leitora e para o desenvolvimento cultural e cognitivo dos estudantes. Esses espaços estimulam o hábito da leitura, ampliam o repertório linguístico e promovem a curiosidade e a imaginação, tornando a aprendizagem mais significativa e prazerosa.

Para que cumpram seu papel educativo, as escolas precisam organizar esses ambientes de forma acessível, acolhedora e diversificada, com livros, materiais de apoio e recursos que atendam às diferentes idades e interesses dos estudantes, incentivando a autonomia, a interação e a valorização da literatura como parte do cotidiano escolar.

Formar leitores começa desde o berço. Por isso, o trabalho com a literatura deve ser uma prática constante, diária e qualificada desde a Educação Infantil, consolidando-se como uma das bases da educação integral e humanizadora que defendemos.

Boas práticas pedagógicas na Educação Básica

As boas práticas pedagógicas na Educação Básica caracterizam-se por promover experiências significativas de aprendizagem que respeitam a criança como sujeito ativo, potente e participante de sua formação. Elas diferem das práticas tradicionais – centradas na transmissão de conteúdos descontextualizados e na organização disciplinar do saber – por colocarem o estudante no centro do processo educativo, em diálogo com o território, os saberes locais e as múltiplas linguagens.

Nas últimas décadas, abordagens como o Desemparedamento da Escola⁴, os Territórios Educativos⁵ e o conceito de Cida-

4 - Metodologia de ensino desenvolvida no município de Jundiaí-SP, em que as práticas pedagógicas articulam saberes curriculares às experiências vividas nos espaços em meio a natureza, nos ambientes ao ar livre, no território, nos equipamentos sociais e por meio de tecnologias digitais.

5 - Abordagem pedagógica que utiliza o espaço ao redor da escola e da comunidade como um ambiente de aprendizagem. Essa metodologia busca integrar o currículo escolar com a realidade local, valorizando o conhecimento e a cultura do território e promovendo a participação ativa dos estudantes na construção do seu aprendizado.

de Educadora⁶ têm ganhado destaque nas discussões sobre inovação pedagógica e equidade na educação. A proposta é romper com o modelo escolar herdado do século XIX – baseado em salas de aula fechadas, carteiras enfileiradas e ensino transmissivo – para construir espaços educativos que valorizem a natureza, a cultura e a comunidade como parte integrante do currículo.

Segundo Léa Tiriba (2010), é fundamental desconstruir o modelo escolar tradicional centrado no confinamento entre paredes. Isso porque, ao ampliar o acesso à escola, corre-se o risco de reproduzir práticas pedagógicas que rompem os vínculos dos estudantes com o mundo natural. O respeito à natureza está diretamente relacionado à convivência e aos vínculos afetivos com os espaços, seres vivos, objetos e com o universo natural em sua totalidade. O Instituto Alana (2018) reforça essa perspectiva ao destacar que o território pode (e deve) ser compreendido como ambiente de aprendizagem, onde a escola se expande e dialoga com a cidade, fortalecendo

6 - O conceito de cidade educadora foi internacionalizado numa convenção na cidade de Barcelona, no ano de 1990, com princípios baseados na Declaração Universal de Direitos Humanos e outras convenções e declarações. Sustenta-se pela compreensão de que a cidade carrega um potencial educativo em seus equipamentos e espaços públicos.

vínculos com a coletividade e promovendo o desenvolvimento integral.

Essas concepções estão em consonância com a BNCC, que valoriza a criança como protagonista de sua aprendizagem e propõe uma educação que respeite os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como o de explorar, brincar, conviver, participar, expressar e conhecer-se. Ao propiciar experiências que envolvam o corpo, o movimento e a interação com o meio, as boas práticas pedagógicas ampliam a visão de ensino e colocam a infância no centro da cena educativa.

Para ilustrar essa diferença, consideremos o ensino do conteúdo “fotossíntese”. Numa prática tradicional, o professor apresenta o tema por meio de uma aula expositiva, com apoio de um quadro e esquemas impressos (livro didático) ou projetados. Os estudantes assistem passivamente, copiam a explicação e realizam exercícios para fixação do conteúdo. Não há conexão com o cotidiano dos estudantes, tampouco espaço para a curiosidade, a investigação ou o encantamento com o fenômeno natural.

Por outro lado, numa abordagem contemporânea e desemparedada, que atende às premissas da BNCC, o mesmo conteúdo pode ser ensinado a partir de uma saída pedagógica para um parque, horta

escolar ou jardim próximo. Os estudantes observam as plantas, manipulam folhas, percebem a relação entre sol, água e crescimento vegetal. A partir da experiência concreta, o docente propõe questões investigativas: por que as plantas precisam de luz? O que acontece com as folhas durante o dia? Como a planta “come” se não tem boca? Com base nas hipóteses levantadas, as crianças e os jovens constroem um saber coletivo e articulado com a vivência. Assim, a fotossíntese deixa de ser um processo abstrato e se torna uma experiência viva, sensível e inteligível. A natureza, neste caso, deixa de ser apenas cenário e passa a ser sujeito educativo, oferecendo pistas, perguntas e caminhos que alimentam o pensamento crítico e a curiosidade científica.

Conclui-se que boas práticas pedagógicas exigem uma mudança de paradigma: da escola que ensina sobre o mundo, para a escola que ensina no e com o mundo. Promover o desemparedamento, valorizar o território como extensão da escola e reconhecer a criança como protagonista são caminhos potentes para garantir uma educação mais significativa, justa e igualitária.

Bons exemplos de práticas pedagógicas: O uso consciente de modelos de atividades no planejamento docente

No contexto da Educação Básica, o uso de modelos de atividades pedagógicas tem se mostrado uma prática comum entre educadores, especialmente diante das demandas cotidianas do trabalho docente. No entanto, é fundamental que essa prática seja conduzida com senso crítico e responsabilidade pedagógica. Modelos, quando utilizados sem reflexão, podem comprometer a intencionalidade do planejamento e reduzir a eficácia das ações educativas.

A reprodução de atividades elaboradas por colegas de profissão, ou aquisição de atividades pela internet sem considerar as especificidades do grupo de estudantes, pode esvaziar o sentido pedagógico da proposta. O planejamento

deve partir do diagnóstico da turma, dos objetivos de aprendizagem e das competências a serem desenvolvidas, conforme orientações de documentos como a BNCC. Nesse sentido, os modelos devem servir como inspiração, e não como fórmulas prontas a serem replicadas indiscriminadamente.

O professor é um agente ativo no processo de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, sua atuação exige escolhas intencionais, criativas e contextualizadas. Ao adaptar um modelo, o educador demonstra domínio sobre os conteúdos e sensibilidade às condições concretas de sua prática, como o tempo disponível, os recursos da escola, os saberes prévios dos estudantes e as características socioculturais do território. Isso reforça o papel do docente como autor de sua prática, e não apenas como executor de roteiros alheios.

Modelos bem construídos são aqueles que evidenciam uma lógica pedagógica clara, coerente com os princípios da educação integral e com metodologias inovadoras, favorecendo a participação dos estudantes e o desenvolvimento de competências significativas. Compartilhar boas práticas é desejável e necessário, mas deve estar sempre acompanhado de uma cultura de reflexão que incentive a autoria e a inovação no espaço escolar.

A seguir, conheça alguns modelos de boas práticas pedagógicas de educadores, publicadas pelo município de Jundiaí-SP. Eles devem ser utilizados como fonte de inspiração, respeitando os princípios discutidos acima e considerando sempre as especificidades do contexto escolar e do planejamento docente.



Ninguém Dá o que Não Tem: Conhecendo a comunidade do Jardim São Camilo.
Ellen Lucas Rozante

Surge o Bosque das Descobertas: Um verdadeiro laboratório de investigação
Eliane Aparecida da Silva Krieger, Sandra Maria de Souza Cury

Rota Industrial da Vila Arens
Edward de Abreu Campanario Neto

A Nossa História é Composta por Sonhos que nos Desafiam a Ir, Vir, Insistir e Seguir!
Ana Paula Sanite Ártico, Fernanda Mesquita

Fonte:

JUNDIAÍ. Desemparedamento da escola: uma experiência construída no cotidiano da rede municipal de ensino de Jundiaí. Vastí Ferrari Marques (org.). São Paulo: Diálogos Embalados, 2024.

Implantação e implementação do Guia: Para garantir a qualidade da Educação Básica

A implantação e implementação do Guia de Boas Práticas da Educação Básica visa promover melhorias graduais, mas consistentes, nos processos e resultados educacionais. Esses efeitos podem ser organizados em três horizontes de tempo: curto, médio e longo prazo.

Curto Prazo

(1º ano de implementação)

Alinhamento das equipes gestoras e demais educadores da escola (equipes pedagógicas) às diretrizes do guia.

- Início de Projeto de Formação de professores e coordenadores com foco no desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes.
- Criação de uma cultura de produção e uso de dados educacionais, com aplicação de avaliações diagnósticas.
- Mapeamento das desigualdades de aprendizagem e definição de estratégias de intervenção.
- Engajamento inicial da comunidade escolar e das lideranças locais na proposta do guia.

Médio Prazo

(2 a 3 anos de implementação)

- Melhoria nos resultados de aprendizagem, identificada por meio de avaliações internas e externas.
- Redução das taxas de evasão e retenção, com melhoria no fluxo escolar.
- Organização de um sistema de Busca Ativa Escolar: A organização de um sistema de Busca Ativa Escolar é fundamental para identificar, acompanhar e garantir o retorno à escola de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou em risco de abandono escolar.
- Consolidação de uma rede de formação continuada de educadores, voltada para práticas baseadas em evidências.
- Fortalecimento da gestão escolar com líderes educacionais atuando com metas claras e maior autonomia.
- Maior integração entre escolas da rede, com compartilhamento e disseminação de boas práticas.

Longo Prazo

(4 anos ou mais de implementação)

- Elevação consistente dos índices do IDEB, refletindo tanto o aumento da proficiência quanto a melhoria do fluxo escolar.
- Redução das desigualdades educacionais nas escolas e nos territórios, com equidade no acesso e na aprendizagem.
- Criação de uma cultura permanente de melhoria de qualidade contínua, com produção e uso sistemático de dados, evidências e avaliações.
- Melhoria da qualidade de vida e das oportunidades futuras dos estudantes, por meio de uma Educação Básica mais sólida e inclusiva.
- Fortalecimento da confiança da sociedade na escola pública, com maior participação social e valorização do trabalho docente.

Dessa forma, a implementação gradual do **Guia de Boas Práticas da Educação Básica** permitirá que cada etapa consolide os avanços da anterior, favorecendo a construção de uma cultura institucional orientada por evidências, equidade e qualidade, garantindo assim, uma transformação educacional progressiva, com ações articuladas ao longo do tempo.

A cada fase, espera-se, portanto, o fortalecimento dos processos pedagógicos e de gestão, a promoção da equidade e a valorização da cultura de produção e uso de dados e evidências nos diversos âmbitos educacionais. Ao final desse percurso, projeta-se uma Educação Básica mais eficaz, inclusiva e sustentável, com impactos positivos na aprendizagem dos estudantes, na valorização do trabalho docente e na confiança da sociedade na escola pública.

* * *

Considerações Finais

Este **Guia de Boas Práticas da Educação Básica** tem como propósito fortalecer uma cultura pedagógica que valorize a intencionalidade educativa, a escuta ativa, o protagonismo estudantil e o compromisso com a equidade. As experiências, estratégias e princípios aqui apresentados reafirmam que a qualidade da educação está diretamente ligada à capacidade da escola em acolher, dialogar e garantir a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Ao reconhecer a importância da articulação entre teoria e prática, entre currículo e realidade, este guia oferece caminhos para uma prática pedagógica sensível ao

contexto social, cultural e territorial de cada comunidade escolar. As boas práticas aqui descritas inspiram e orientam ações que respeitam as diversidades, promovem o desenvolvimento integral e asseguram os direitos de aprendizagem definidos pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Além disso, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre educadores, gestores, famílias e comunidade é uma das premissas centrais deste material. Entendemos que a escola é território de vida e transformação, e que sua atuação se amplia quando está aberta ao diálogo com

os diferentes saberes que circulam em seu entorno.

Portanto, este guia não se encerra em si mesmo. Ele é um ponto de partida para reflexão, aprofundamento e construção coletiva. Sua implementação exige formação continuada, monitoramento, escuta atenta às infâncias e, sobretudo, um olhar comprometido com a educação como direito e com a escola como espaço de cidadania, criatividade e humanização.

Que cada profissional da educação possa se apropriar deste material como um instrumento vivo, em constante diálogo com sua prática e com os sujeitos que protagonizam o cotidiano escolar.

Bibliografia

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caminho da Escola**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Formação continuada de profissionais da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/formacao-continuada-de-profissionais-de-educacao-basica>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Retomada de Obras**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-reforca-transparencia-e-apoio-tecnico-na-retomada-de-obras-educacionais>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Plano de Ações Articuladas (Novo PAR)**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/conheca-mais-sobre-o-plano-de-acoes-articuladas>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Proinfância**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDDE Interativo**. Disponível em: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Pé-de-Meia**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec-divulga-mapa-das-mais-de-7-mil-formaturas-antecipadas-de-cursos-da-saude/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 12.574, de 5 de agosto de 2025**. Institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12574.htm. Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-dinheiro-direto-na-escola-pdde>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: Emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Livro de Apoio - Programa Corações e Mentes**. Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/13685/files/Livro_de_Apoio.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Programa Corações e Mentes**. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/aprendizagem-para-coracoes-e-mentes>. Acesso em: 6 set. 2025.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Referencial Teórico - Programa Corações e Mentes**. Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/13685/files/Referencial_Teorico.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.
- GANDINI, Lella. O espaço como terceiro educador. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). **As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

- INSTITUTO ALANA. **Desemparedamento da infância:** A escola como lugar de encontro com a natureza. BARROS, Maria Isabel Amando (org.). Rio de Janeiro: Instituto Alana, 2018. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.
- INSTITUTO ALANA. **Territórios do brincar:** Diálogo com as escolas. Renata Meirelles (org.). São Paulo, 2015. Disponível em: https://territoriodobrincar.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Territ%C3%B3rio_do_Brincar_-_Di%C3%A1logo_com_Escolas-Livro.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.
- JUNDIAÍ. **Desemparedamento da escola:** A qualidade do ensino nos contextos do Programa Escola Inovadora. Equipe Técnica da Unidade de Gestão de Educação (org.). Americana, SP: Paladar Cultural, 2023.
- JUNDIAÍ. **Desemparedamento da escola:** Uma experiência construída no cotidiano da rede municipal de ensino de Jundiaí. Vastí Ferrari Marques (org.). São Paulo: Diálogos Embalados, 2024.
- LERNER, Delia. **Didática da leitura.** Tradução de Angela Ramalho. São Paulo: Ática, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** Novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.
- MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2015.
- NÓVOA, António; ALVIN, Yara (col.). **Escolas e Educadores:** Proteger, Transformar, Valorizar. Salvador, 2022.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. A educação de jovens e adultos no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Ciências & Ideias**, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365937855_A_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_NO_CONTEXTO_DA_PADEMIA_DE_COVID-19. Acesso em: 21 jul. 2025.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil:** Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos da Criança. Nova Iorque, 1959.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2016.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PIAGET, Jean. **Epistemologia genética.** Org. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **O cérebro da criança:** 12 estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho. São Paulo: NVersos, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOLIGO, Rosaura. **Cartas Pedagógicas sobre a docência**. São Paulo: GFK, 2015.

TIRIBA, Léa. Crianças na Natureza. **Anais Do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>. Acesso em: 24 jul. 2025.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças**: Uma nova forma de pensar a cidade. Lisboa: Faktoria K de Livros, 2019. Disponível em: <https://francescotonucci.org/pt-pt/a-cidade-das-criancas/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2012.

VYGOTSKY, Levi S. **A formação social da mente**: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILLIAMS, Mark; PENMAN, Danny. **Atenção plena (Mindfulness)**: Como encontrar a paz em um mundo frenético. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.